

DJMES YOSHIKAZU DE LIMA SUGUIMOTO

**BABAÇU LIVRE: O PENSAMENTO DECOLONIAL FRENTE
À PROPOSTA DA SUSTENTABILIDADE**

Bolsista CAPES



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS 2017

DJMES YOSHIKAZU DE LIMA SUGUIMOTO

BABAÇU LIVRE: O PENSAMENTO DECOLONIAL FRENTE À PROPOSTA DA SUSTENTABILIDADE

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – mestrado acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência final para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professor Dr. Josemar Campos Maciel.

Bolsista CAPES



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL

MESTRADO ACADÊMICO

CAMPO GRANDE – MS 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

S947b Suguimoto, Djmes Yoshikazu de Lima

Babaçu livre: o pensamento decolonial frente à proposta da sustentabilidade / Djmes Yoshikazu de Lima Suguimoto; orientador Josemar Campos Maciel. 2017.

62 f. : il.

Dissertação(mestrado em desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2017.

1.Desenvolvimento sustentável 2. Babaçu – Desenvolvimento rural
3. Decolonialismo I. Maciel, Josemar Campos II. Título

CDD – 307.14

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “Babaçu livre: o pensamento decolonial frente à proposta da sustentabilidade”.


Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 17/02/2017

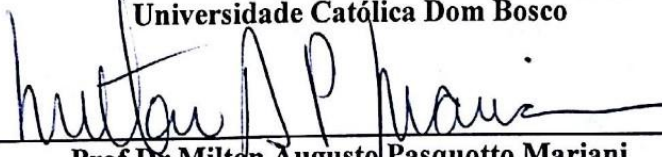
BANCA EXAMINADORA



Prof Dr Josemar de Campos Maciel
Universidade Católica Dom Bosco



Profª Drª Dolores Pereira Ribeiro Coutinho
Universidade Católica Dom Bosco



Prof Dr Milton Augusto Pasquotto Mariani
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Quem me dera, ao menos uma vez, que o mais simples fosse visto como o mais importante. (Renato Russo 1960-1996)

AGRADECIMENTOS

A Fernanda Bellucci Fernandes, minha esposa, que sempre esteve em todas as horas, me incentivando e ajudando, pois sem o apoio oferecido por ela, não seria possível a realização destas e de muitas empreitadas na minha vida. E a minha família de modo geral que sempre de alguma forma estava me incentivando.

Aos meus professores e orientador Dr. Josemar Campos Maciel que tiveram muita paciência e contribuíram para a minha formação não só acadêmica, mas ética e moral, em especial a Professora Dr.^a Maria Augusta de Castilho e a professora Dr.^a Dolores Pereira Ribeiro Coutinho.

As mulheres do Movimento Interestadual Quebradeiras de Coco Babaçu, pois sem elas esta dissertação não seria possível, e que devemos tanto ao trabalho socioambiental pouco conhecido em nosso país. E a Ariana Gomes integrante deste grupo que me ajudou escrever a trajetória árdua, mas cheia de conquistas dessas mulheres.

As Diretoras e Coordenadoras da Escola Municipal Professor Licurgo de Oliveira Bastos que sempre me auxiliaram para conciliar a vida Docente com a Discente.

À UCDB e à CAPES por tornarem viável financeiramente essa conquista.

Por fim a todos que compartilharam, e me ajudaram na realização desta etapa.

RESUMO

Este ensaio é resultado de estudo de caso e investigação teórica a respeito do sistema de dominação exploração, a partir da qualificação de fundamentos Decoloniais consubstanciados no Desenvolvimento Local. Utilizou-se para a construção deste trabalho o método dedutivo respaldado na coleta de dados de fontes oficiais assim como em artigos e livros e em documentos secundários, também se realizou entrevista com a assessora de projetos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Observou-se que o debate do desenvolvimento sustentável perpassa em muitos casos apenas nas questões ambientais. O objetivo deste trabalho é pensar na inclusão das pessoas que hoje são invisibilizados pelo atual sistema socioeconômico observando pelo prisma de muitos pesquisadores que criticam essa referência violenta e segregadora. Com a ajuda historiográfica verificou-se que o modelo socioeconômico presente na maior parte do mundo tem bases patriarcais e pode ser denominado como um modelo colonial, dessa forma criou-se fundamentos necessários para tentar escamotear muitos problemas socioambientais. Esse estudo propõe uma ruptura desses padrões com base nas ações de grupos que se apresentam diante da sociedade com ações simples, porém eficazes no combate das mazelas que foram criados pela colonialidade. O movimento que reúne todas essas características é o Movimento Interestadual Quebradeiras de Coco Babaçu, que visa a promoção de mulheres por meio de projetos endógenos, aplicando na prática cotidiana os preceitos decoloniais, as experiências deste grupo podem servir de apoio para outros pois existe necessidade de que cada coletividade pense no seu empoderamento.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Decolonialismo. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This essay is the result of the case study and theoretical investigation concerning the domination/ exploitation, from the aspect of the Decolonial principle embodied in the Local Development. In order to build this piece of work, it was used the deductive method underpinned by the gathering of data from official sources, as well as in articles and books, and in secondary documents. It was also conducted an interview with the secretary of project of the Quebradeiras de Coco Babaçu Interstate Movement. It was observed that the debate about sustainable development is restricted to environmental matters. The goal of this research is to think about including people that are not seen by the actual socioeconomic system observing through the prism of many researchers that criticize this violent and segregating reference. With historiographical support, it was verified that the socioeconomic model present in most part of the world has patriarchal basis and might be denominated as a colonial model. This way it was created the foundations needed to hide many socioenvironmental problems. This study suggests ceasing with these patterns based on actions of groups that come forward before the society with simple actions, but effective when it comes to fighting the evils that were created by coloniality. One movement that gathers all these characteristics is Movimento Interestadual Quebradeiras de Coco Babaçu, which purpose is to promote women through endogenous projects, applying in daily basis the decolonial principles. The experiences of this group may serve as support to others, since there is the necessity of each collectivity to think about its empowerment.

Key words: Local Development. Decolonialism. Sustainability

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----------|
| Figura 01 - Reunião do comitê gestor do fundo Babaçu..... | 24 |
| Figura 02 - Grupo As Encantadeiras | 29 |
| Figura 03 - Mata de babaçu preservada..... | 31 |
| Figura 04 - Sabão e óleo de babaçu..... | 32 |
| Figura 05 - Amêndoa e carvão de babaçu | 32 |
| Figura 06 - Estratégia de superação do colonialismo | 35 |
| Figura 07- Sistema de dominação exploração..... | 48 |
| Figura 08- Pirâmide dominação-exploração | 50 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----------|
| Gráfico 01 - Análise Proxi..... | 45 |
| Gráfico 02 - Estimativa global por gênero das vítimas de trabalho forçado | 53 |
| Gráfico 03 - Quadro evolutivo de mulheres eleitas Câmara dos Deputados e Senado Federal..... | 55 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 MOVIMENTO INTERESTADUAL QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU . | 16 |
| 2.1 MIQCB e o combate ao colonialismo | 17 |
| 2.2 MIQCB e os projetos de libertação | 23 |
| 2.3 MIQCB seus agentes e estratégias de desenvolvimento local | 27 |
| 3 A CRÍTICA AO PENSAMENTO COLONIAL | 39 |
| 4 O PATRIARCADO COMO FIGURAÇÃO | 47 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 59 |
| 6 REFERÊNCIAS | 60 |

1 INTRODUÇÃO

O escopo das últimas décadas se faz cada vez mais forte no que tange à preservação e (re)organização das relações do ser humano com ele mesmo, com a natureza, a ordem econômica. É perceptível que setores da sociedade estão considerando apenas o lucro e assim difundindo concepções mal compreendidas do que vem a ser sustentabilidade, constata-se que os mais diversos métodos de pensamentos, tanto *stricto e lato sensu* abordam essa questão. Isso se tornou sinônimo de preservação dos rios, plantas, animais, água, ou seja, exclusivamente da natureza, muitas vezes assunto para “ecochatos” de plantão grupos que consideram a sustentabilidade apenas no limiar ambiental, a qual pregam uma radicalização das ações sem resguardar o ser humano.

Essa investigação segue algumas das orientações já clássicas do método usado nas Ciências Sociais no Brasil (conforme, *e. g.*, DEMO, 1985). Parte de uma pergunta inicial e a problematiza na interlocução com a literatura e na escuta de um fenômeno socialmente relevante, a partir de premissas da literatura decolonial. Assim, trata-se de um ensaio que não objetiva resolver todas as discussões ou responder a hipóteses, como as pesquisas de cariz positivista. Mais, ou antes que isso, visa formular uma teia crítica de referências (por isso é um ensaio) para, em seguida, contribuir nos debates acerca do assunto. E o assunto é a sustentabilidade ilustrada a partir de uma interlocução concreta, ou pode ser entendido, também, como um atravessamento interdisciplinar que deseja inspirar as práticas humanas demandando por equilíbrio, abrangendo a todos, crianças, mulheres e homens, assim como o transcurso da história demonstra quais os interesses de grupos, no Séc. XX e XXI reconhecidos como coloniais se sobrepuseram à vida humana.

O trabalho foi concebido inicialmente de modo mais restrito e, aos poucos, foi expandindo para abarcar a amplitude do tema da sustentabilidade com mais atenção às práticas e contextos sociais. No diálogo de orientação e tentando superar o ranço positivista que grassa nas instituições educativas brasileiras, resolveu-se estudar grupos que combatiam o patriarcado e ao mesmo tempo que suas ações assegurassem aos seus membros seguridade social, econômica e política. Dos diversos grupos aos quais este pesquisador já tinha contactado (Rendeiras do nordeste brasileiro, agriculturas e líderes indígenas no Mato Grosso do Sul e Movimentos de Mulheres Negras Geledés) para esta

situação laboral o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) foi a que poderia melhor responder muitos aspectos levantados neste trabalho.

Inicialmente toda a pesquisa teórica se pautou em trabalho já produzidos em que o foco fosse o próprio MIQCB, foi utilizado: dissertações, relatórios dos mais diversos campos, artigos científicos e material disponibilizado no site do movimento. Após compreender basicamente o que era o grupo e como o mesmo estava estruturado, foi a hora de ir beber diretamente da fonte. Em contato com o escritório central que fica na capital do Maranhão tive o prazer de conversar via telefone com algumas mulheres que trabalham em diversos setores e que acharam pertinente que eu mantivesse contato com apenas uma interlocutora. A partir deste momento tive a honra de trabalhar com a assessora de projetos Ariana Gomes Silva, a qual forneceu meios para o olhar deste pesquisar migrasse de objeto de pesquisa, para mulheres batalhadoras.

Após isso, todo material que era necessário para a produção deste trabalho a Sra. Ariana Gomes Silva prontamente me forneceu, assim como conversar informais a respeito de sua vida como quebradeira de coco babaçu e também questões formais através de questionário enviado por e-mail. Todo o contato que foi mantido e ainda hoje se mantém e acontece através da internet.

Inicialmente é necessário alertar ao leitor para o fato de que este trabalho não enseja pretensão de classificar o que é em seus mínimos detalhes as duas dicotomias estruturantes do texto: Desenvolvimento Local e Decolonialismo. A possível interpretação de formatação ou enquadramento as essências apresentadas nesta pesquisa possuem caráter apenas didático.

Para consecução de tal tarefa, buscou-se alinhar essas duas vertentes epistemológicas, adicionalmente à análise do Movimento Interestadual Quebradeiras de Coco Babaçu- MIQCB, que não são recentes, mas pouco debatidos em um cenário macro, que, contudo, se mostra de extrema valia para esquadrihar um novo momento, no qual a sustentabilidade assume uma nova guinada ao incluir em seu “meio ambiente” o ser humano para que o ambiente possa se tornar apenas ambiente de forma total.

A primeira vertente teórica utilizada como fundamento deste trabalho é o Desenvolvimento Local, cuja maior predicado é a auto-emancipação dos grupos excluídos pela ordem mundial socioeconômica, como Ávila declara. O processo de fortalecimento territorial, se torna com outros objetos para o DL (Desenvolvimento Local) em respostas eficazes aos interesses coletivos locais.

As pluralidades, a multi e interdisciplinaridade são necessárias à construção de sistemas diversificados, aos quais buscam não apenas o desenvolvimento econômico, mas, também, desenvolvimento em outras relevantes áreas, nas quais o ser humano transita. Dessa forma a força endógena é o fomento necessário aos grupos minoritários, a fim de que possam trasmutar a formatação imposta pela colonialidade para uma realidade decolonial.

O conceito de pensamento decolonial figura-se em um cenário global, ou mais precisamente como é definido por Mignolo nas periferias subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, as quais necessitam desobedecer a ordem imposta por países cujo pensamento é homogeneizador infligindo sua cultura, economia e modo de viver. Temos aqui a definição objetiva da segunda linha básica deste trabalho, que definida por este autor corresponde à uma ideologia indispensável para proporcionar novos caminhos de ruptura com as teorias políticas modernas que se mostram racistas, patriarcais e categorizantes da pluralidade como condição inferior.

Seguindo este pensamento o trabalho está dividido em quatro capítulos, que tratam de temas interdisciplinares os quais acredita-se que possam criar uma estrutura mais densa e forte para a discussão do tema, em si, bastante amplo.

No primeiro capítulo fez-se uma reflexão histórica acerca do surgimento e da manutenção da colonização e seus mecanismos políticos e econômicos, os quais promovem a situação de insustentabilidade, ao mesmo tempo demonstrando que esse modelo socioeconômico é agressivo aos demais aspectos ambientais. Em contraste empregou-se a teoria de Desenvolvimento Local para expor uma alternativa de superação e empoderamento dos grupos criminalizados devido ao seu modo de viver e pensar. Outrossim, tratou-se do papel do agente de Desenvolvimento Local dentro da perspectiva de incentivador de estímulos endógenos quando da realidade da exclusão tecnológica que muitos grupos vivenciam.

O segundo capítulo tem como estrutura central o pensamento de Walter Mignolo (2008) que propõe a desobediência epistêmica e o decolonialismo como forma de superação do modelo colonial. Neste trabalho verifica-se a presença de outros teóricos com abordagem decolonial, ou seja, modificando a forma imposta por grupos e sistemas econômicos em uma sociedade multicultural. Pensando na transformação do planeta como uma perspectiva de reversão, que passaria a incorporar os até então invisibilizados. Todos os teóricos que transitam neste capítulo convergem sua reflexão para a edificação

de uma sociedade mais justa, ou menos injusta, na qual o respeito a diversas culturas é sinônimo do universo decolonial, que está intimamente relacionado à teoria de Desenvolvimento Local. Além disso, buscou-se mostrar a crítica que esses pesquisadores fazem ao sistema predominante que em sua agressividade dissolve muitos grupos que não o incorporam. A partir desta divisão, os conceitos teóricos foram delineados tornando a base essencial para o que será abordado no quarto capítulo, o movimento sociopolítico das quebradeiras de coco babaçu.

É necessário postular que, quando é citado neste trabalho o termo ‘minorias’, não é se utiliza o termo em seu sentido literal: aqueles que são poucos, mas, na acepção de aqueles que possuem menor número de representação nos diversos segmentos sociais. Percebe-se que quando tratamos das mulheres, no que se refere ao Brasil, elas são na verdade a maior parte do contingente populacional, bem como da população negra. Isso não significa que sejam atendidas como maioria, ou seja, trata-se de grupos que, por terem menor acesso a bens de consumo ou redes de empoderamento, são minorizadas, subalternizados, ou mesmo tratados como se fossem invisíveis. É preciso, como apontam os pensadores que dialogam com esse problema, não apenas interpretar, mas interferir, com a geração de conhecimento e informação, nas configurações das relações de poder dentro do atual sistema-mundo. O que é impossível sem uma escuta atenta e disciplinada das forças, jogos, conflitos e iniciativas criadas a partir das realidades endógenas.

A visão de Mignolo é atravessada por uma interação entre teoria e prática e, como Celso Filho, sinaliza o pensamento do homem deve acompanhar sua ação. Deste modo não devem ser desenvolvidos trabalhos que fiquem apenas no campo metafísico ou na contemplação, mas que sejam um instrumento que possibilita a transformação não só do ser humano em si, mas de todo seu universo. Assim sendo para este ensaio utilizaram-se algumas estratégias metodológicas com a preocupação de fundo de refletir, ao mesmo tempo apresentando um grupo de prática decolonial que esteja praticando o Desenvolvimento Local, O MIQCB é uma referência nesses aspectos e acredita-se que seja suficientemente capaz de ser um contraponto a toda teoria aqui empregada.

2 MOVIMENTO INTERESTADUAL QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

O Movimento Interestadual Quebradeiras de coco Babaçu (MIQCB) é um grupo agroextrativista formado por mulheres, tendo por finalidade: a proteção do ambiente, acesso às terras, não só onde existem a palmeira de babaçu, mas também por meio de reforma agrária, apoio a outros grupos associativista e o empoderamento das suas participantes. É um grupo articulado e mobilizado desde a Rede Mundial de Computadores, possuindo uma *homepage* consultável (<<http://www.miqcb.org/>>).

A referida associação feminina está presente nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins onde a incidência das palmeiras de babaçu é maior. Oficialmente o grupo surgiu em 1990 representando os povoados dos quatro estados e se dividindo em seis regionais, sendo as áreas principais de atuação do movimento, cada regional elegeu sua liderança formando uma coordenação de 12 quebradeiras. Pode-se ter uma ideia da importância dessa atividade consultando o mapa social, <http://media.wix.com/ugd/0d09d3_7ef580ffa27b4219a58a30ad8a93068d.pdf> de recente elaboração, presente na página da associação.

A atividade das mulheres, principalmente da quebra do babaçu não é recente. O ofício é transmitido de mães para filhos, configurando boa parte das relações sociais das famílias envolvidas com a prática, como se verá. A associação começa a ter uma mobilização política entre as quebradeiras a partir da década de 1970, por ocasião da organização de um movimento de resistência camponesa, homens e mulheres, frente aos graves problemas que ocorriam em razão de atividades agrícolas em larga escala. Segundo Mota a resistência se deu, pois, os produtores rurais impediam o acesso às áreas de babaçu, cortavam as palmeiras, permitiam que o gado destruísse as roças de arroz, que é seu sustento de entressafra ou plantando pastagens em áreas florestais manejadas e preservadas por esse grupo.

Observando o transcurso histórico dos movimentos sociais no Brasil, principalmente os femininos, Santos afirma que, após a constituição do regime de exceção a partir do golpe de 1964, o país viveu um momento de dura repressão a muitos setores da sociedade. Os movimentos sociais foram atingidos em cheio, só recuperando seu pleno

protagonismo a partir da década de 1970. Conclui-se então que o MIQCB teve o mesmo processo de formação graças a novos ares sociais que aportavam no Brasil.

Na mesma análise histórica se destacada a década de 1980, momento a qual as mulheres começaram a ganhar mais força política, em secretarias e conselhos que tinham alguma atenção a mais para com as mulheres, integrando-se aos movimentos que surgiam. Novamente é louvável salientar a importância dos grupos sociais, pois defendem o desenvolvimento humano como um todo, postura que não se reproduz em uma política homogênea patriarcal, marcada por uma postura de reprodução de relações de poder coloniais e infensas ao debate democrático. “[...]Apesar das diversas correntes, algumas pautas são comuns a todas elas, como o questionamento das relações de poder, opressão e exploração, contraposição ao sistema patriarcal e a proposição de mudanças sociais profundas”.

A primeira forma de organização se deu ainda no seio das comunidades nas quais as mulheres se reuniam. De acordo com Bolonhês *et al* o MIQCB foi criado para proporcionar às mulheres meios de se associarem, pois, os sindicatos eram exclusivos aos homens. Adicionando fôlego nesta direção Andrade (2006, p.49) faz a seguinte análise: “[...]as mulheres passaram, também, a se associar ao Sindicato, já que antes somente se associavam os homens. A associação das mulheres, em muitos casos, deu-se em contextos de luta pela direção dos Sindicatos”. E para Mota vai além o agrupamento que se formou como estratégia, vislumbrando o cenário futuro na qual haveria a necessidade da politização das associadas, assim como ocorre em várias outras cooperações.

2.1 MIQCB e o combate ao colonialismo

Algumas ideias herdadas da economia liberal ou neoliberal estão impregnadas nos ideais das sociedades, promovendo a confusão de desenvolvimento com consumo e aquisição de bens materiais. O consumir tornou-se sinônimo às avessas do desenvolvimento sustentável. Para Oliveira hoje existem consumidores conscientes buscando produtos de empresas que tem produção ética e ambiental, não visando apenas a marca e sim o sistema de produção.

No presente notam-se várias correntes teóricas possibilitando as questões decoloniais; nota-se ainda que as grandes instituições, grandes mercados, grandes empresas realmente são resistentes a discussões e práticas ligadas ao desenvolvimento sustentável, sendo reforçadas por Estados colonizadores e parasitários. Para esses grandes empresários o importante é apenas o lucro imediato.

Desta forma percebe-se produtos são vendidos como "green" ou "orgânicos" para remeter ao seu consumidor que a escolha deles se traduz em um relacionamento de consumo saudável. No entanto, uma investigação mais detalhada de muitos produtos revela sua verdadeira faceta, fazendo parte de uma espécie de uso antiético de conceitos derivados do ambientalismo, uma espécie de fachada – ou como Bursztyn expõe, trata-se de uma carona no proposto por consumo ou manejo adequado. Como ele observa, o “free-rider discursivo (aplicado à questão ambiental) é aquele ator que, ao manifestar apoio retórico ao desenvolvimento sustentável, desfruta dos benefícios de ser 'ecologicamente correto' sem de fato sê-lo”.

Vale ressaltar que não basta fazer o manejo correto, usar produtos certificados, é preciso haver respeito em toda a cadeia produtiva, respeitando também o tecido social. Montibeller Filho (2007) destaca isso em seu trabalho:

Nota-se, contudo, que os procedimentos ambientais das empresas, por exigência legal ou por estratégia competitiva, dizem respeito especificamente aos aspectos relacionados ao ambiente físico. Quanto aos aspectos sociais, a outra dimensão de sustentabilidade, não se constituem eles elementos de exigência mercadológica, e as empresas limitam-se então ao comprimento restrito da legislação trabalhista e às exigências do mercado de trabalho.

E ainda se pode ir além, como destaca Oliveira. Para ele, “a escala de sustentabilidade se aplica também à erradicação da pobreza, ampliação do acesso à educação, ou seja, todo o direito básico de qualquer pessoa em qualquer parte da terra”. Essa onda de produtos ecológicos na verdade esconde a velha máxima deste modelo de mercado, lucro acima de qualquer coisa.

A estrutura das Instituições políticas de representação do Brasil, a saber, o inflado legislativo bicameral do Congresso e Senado são ocupados por um grande número de empresários e ruralistas que representam interesses produtivos bem específicos e restritivos, em muitos casos, os seus próprios negócios e consequentemente seus lucros.

É pertinente salientar a visão empregada por Marx acerca dos interesses individuais e os segmentos de classes.

Neste clássico há duas divisões de classes, em escala macro. Uma é a burguesia, composta pelos dos meios de produção. São os extratores da mais-valia, ou seja, os exploradores da disparidade entre o salário pago e aquilo que o trabalhador produz, que vai constituir a maior parte do seu lucro. Do outro lado existe o proletariado, que se sujeita à troca sua força de trabalho por salário. Dentro de ambas as classes apresentadas existe aquilo que Marx denominou segmentos de classes que podem ser explicados na ideia de que as “visões de mundo podem ser absorvidas e sistematizadas a partir de posições”

Montibeller Filho aponta exatamente essa questão quando faz uma análise da criação de Leis rígidas que em determinadas situações são amenizadas para não interromper as atividades degradantes.

Em contraponto é possível expor a influência legislativa que movimentos insurrecionais conseguem exercer, quando conseguem articular-se de forma a conseguir pressionar as instituições jurídicas, normalmente submetidas ao mesmo sequestro que as da grande representação legislativa – como é o caso no Brasil, desde as denúncias de Raymundo Faoro. No caso do Movimento Interestadual Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), aconteceu dele ter conseguido impor diversas conquistas, por meio de luta e negociação, que se apresentam de forma relevante no que tange à libertação social e econômica das mulheres perante a força do sistema patriarcal. Trata-se da lei, mais especificamente do movimento do “Babaçu Livre”.

Conforme relatado pelo próprio movimento, a lei do babaçu livre, vigente em alguns estados e em tramitação em outros, viceja lá onde o movimento está presente. Essa conquista, que surge no movimento, torna acessível qualquer área de babaçu, mesmo que em lotes particulares, para que as mulheres possam extrair o coco das árvores. As consequências dessa legislação que garante o sustento e o modo de vida dessas pessoas também repercute no impedimento ao desmatamento dessas áreas pois, no ato de extrair o coco, as mulheres realizam também outras atividades de denúncia e de integração.

Essa conquista tem muitas adversidades, visto que a truculenta não adesão ao legislado, por parte de um número de produtores rurais, é o principal empecilho para a efetivação da Lei. No relato de uma trabalhadora que integra o grupo, constata-se quão árduas são as conquistas diárias, além dos perigos naturais aos quais se encontram expostas. Os fazendeiros loteiam suas áreas cercando-as com material eletrificado,

justificando o ato afirmando que é necessário evitar fugas de seus animais, assim impedindo também a entrada das quebradeiras de coco.

A reflexão do movimento com a Lei do babaçu livre, nada mais é do que assegurar sua vida cultural, social e econômica. Isso se diferencia da jurisprudência punitiva que segue as instituições patriarcais.

Essa ponderação legal, assim como os movimentos que repercutem as demandas daqueles que estão subjugados pelo sistema patriarcal acabam sendo criminalizados por meios da comunicação em massa, que também representam grupos que normalmente são donos de grandes capitais, manipulando fatos e dados para justificar a deterioração de ambientes sociais e ecológicos.

A título de exemplo, exponha-se a pesquisa realizada pela Associação Brasileira de saúde coletiva a qual informa que, um terço de todos os alimentos consumidos no dia-a-dia do brasileiro está contaminado por agrotóxico. Essa pesquisa comparou amostras de 26 estados e foi realizada com parceria da Agência nacional de vigilância sanitária (Anvisa) e a Fundação Oswaldo Cruz.

Não se trata de uma pesquisa sensacionalista ou desprovida de credibilidade, uma vez que as instituições que realizaram o dossiê são consolidadas e já instituíram uma série de normas e parâmetros para a saúde no Brasil, como é o caso da Fundação Oswaldo Cruz que possui parcerias de pesquisas com a Organização Mundial da Saúde (OMS) órgão mundial máximo no âmbito da saúde.

No entanto essa pesquisa foi fortemente criticada e atacada por jornalistas, como Leandro Narloch assim como o consultor de tecnologia do CNA (Confederação de agricultura e pecuária do Brasil) Reginaldo Minaré, e grupos e associações como a Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso). Aparentemente contestam o relatório *in toto* apenas porque veem seus interesses prejudicados com a revelação de que nossos alimentos estão envenenados. Talvez, também, seja ainda vulnerada a mítica figura desbravadora e heroica do agronegócio como o produtor de alimentos e riqueza para a nação cai por terra – expõe-se a nudez da *gente audaz* à qual se refere o hino de mais de um Estado brasileiro -, já que os alimentos são uma bomba de veneno.

O reconhecimento de suas atividades danosas por parte do setor industrial ou do agronegócio só se faz quando extensas pesquisas são realizadas e as justificativas se esgotam diante dos fatos expostos. Sachs relata um exemplo mundialmente conhecido, o uso de substâncias químicas derivadas de clorofluorcarbonos (CFCs), que atacavam a

camada de ozônio, configurando-se como um risco a saúde devido à está proteção natural da terra servir como escudo da radiação ultravioleta. Extensas pesquisas comprovando os malefícios desta substância (CFCs) foram publicados em periódicos reconhecidos pela comunidade científica internacional, mas foram fortemente combatidas pela indústria nas décadas de 1970 e 1980.

No mesmo percurso de danos as quais às instituições patriarcais seguem Barbosa expõe sobre o abuso que multinacional Coca-Cola faz com a instalação de suas fábricas e a extração exagerada de água dos lençóis freáticos. A mesma autora cita um fato ocorrido na Índia, nos estados de Uttar, Pradesh e Kerala, em que algumas comunidades se mobilizaram para parar as atividades da indústria.

Episódio semelhante aconteceu na Argentina, no segundo semestre de 2016. Os meios de comunicação especializados em economia capitalista divulgam com grande ênfase e entusiasmo o futuro investimento que esta companhia acima citada fará em território argentino, segundo divulgado o investimento nos próximos anos será na casa de bilhões de dólares.

A preocupação de diversos movimentos ambientais e sociais dos países vizinhos é o uso de água subterrânea que está confinada no aquífero guarani, umas das maiores reservas de água doce subterrânea do mundo, presente na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, todos países integrantes do Mercosul, sendo fonte importante para muitas cidades e atividades para diversas pessoas em todos esses territórios.

Destacada a inexistência de gestão compartilhada quanto ao aquífero guarani Ribeiro aponta para a inexistência de uma pauta racional, no que tange a esse reservatório. Essas águas vêm sendo utilizadas há anos, mas mediante a perspectiva da instalação de indústrias que consomem grandes quantidades, surge uma preocupação ainda maior, diante da perspectiva do inexorável impacto que sobrevirá.

A recomendação feita pelo autor da pesquisa é clara: “[...] é preciso ser ágil para evitar uma degradação dos estoques de água doce subterrânea como se verificou em outras partes do planeta por falta de diálogo entre países”. Nota-se a urgência em estabelecer limites para o uso deste recurso. Porém, quando se trata de negociar com os grandes capitais e interesses individuais, existe uma forte criminalização dos setores preocupados com os rumos que a economia nos leva, nesses casos é apresentado ao público que o desenvolvimento só acontece quando questões monetárias estão envolvidas.

O sistema econômico capitalista não apresenta às claras, mas é perceptível em sua conduta ao classificar como “não é desenvolvido” os grupos sociais que elaboram e executam projetos para viver de forma equilibrada, como é o caso de quaisquer comunidades tradicionais que se recusem a aceitar uma posição subalterna diante das narrativas macroindustriais – sejam as quebradeiras de coco, ribeirinhos e indígenas, sejam outras comunidades extrativistas.

Vale ressaltar, que o MIQCB com suas ações recebeu em 2006 do então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva o prêmio da ONU (Organização das Nações Unidas) dos Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio, reconhecimento esse que valoriza e demonstra que o movimento cria projetos de benefício para comunidades, proporcionando a solidariedade e a cidadania.

Assim percebe-se que grupos por não comungarem dos mesmos princípios de acumulação de terra, capital e etc, acabam sendo classificados como empecilho para o desenvolvimento econômico do país ou como afirma Wood “[...] no capitalismo não existe a participação popular e o desejo de acumulação é o imperativo modificando a base da vida das pessoas”. Oliveira (2010) em acordo com essa ideia mostra dados em sua pesquisa que direcionam para o seguinte olhar.

Agricultura Familiar. É um exemplo de técnica tida como ecologicamente correta e que estaria cumprindo com o desenvolvimento sustentável. A ECO-92 definiu a agricultura familiar como aquela ecologicamente sustentável, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente adaptada, que se desenvolve como um processo, numa condição democrática e participativa.

Uma das bases do movimento/pacto colonial, é a homogeneização da sociedade, forçando as comunidades e populações dragadas na marcha de expansão do sistema de vida que está em voga durante a marcha do desenvolvimento a abandonar sua cultura tradicional e identidade, principalmente por meio do consumo. O mecanismo pensado para esta finalidade é a admiração exagerada para o novo ou aquilo que está na – moda – como apontado por Zygmunt Bauman “As modas vêm e vão com velocidade estonteante, todos os objetos de desejo se tornam obsoletos, repugnantes[...]”, dessa forma quem não contribui consumindo na velocidade imposta para que o capitalismo possa continuar existido, tornar-se à um empecilho, sofrendo todo tipo de violência. No caso de

comunidades, as pessoas ficam à mercê de discursos pragmáticos de dominação, e seu território é ameaçado.

2.2 MIQCB e os projetos de libertação

Abordando a questão tecnológica Renato Dagnino aponta em seu trabalho, diferentes conceitos sobre tecnologias e que nem sempre se tornam malefícios para as pessoas, podendo ser meios de promoção quando usados de forma adequada. É exposta a tecnologia social (TS) e tecnologia convencional (TC). A primeira refere-se ao uso prático da palavra, ou seja, ser dinâmica, eficiente capaz de viabilizar empreendimentos pequenos e de auto-gestão e os benefícios aplicados do conhecimento e tecnologias na vida das pessoas e dos grupos, onde cada um tem seu uso e papel diferenciado. Já a tecnologia convencional é o uso por indústrias ou grandes capitais passeando no atual arranjo econômico, em que é hierarquizado, alienante e excludente.

No que tange o empoderamento econômico e de tecnologia social (TS) das mulheres e outros grupos é essencial apresentar o Fundo Babaçu, uma linha de microcrédito destinada às mulheres, que fazem parte do MIQCB e outros grupos sociais, que possuem a mesma finalidade, empoderamento econômico e social frente à realidade existente.

Em termos de valores, existem três linhas de crédito, a pequena de até R\$ 500,00, média de até R\$ 750,00 e a grande de até R\$ 1.000,00. Fazendo-se uma análise, a dinâmica econômica não está no valor que se empresta, mas sim como o recurso pode atender às necessidades de transformar a vida das pessoas, ou seja, se tornando uma frente de tecnologia social aos empreendimentos de tecnologia convencional.

Um pequeno incentivo pode mudar o destino estabelecido pelo sistema econômico patriarcal. O Projeto Fundo Babaçu, que já atendeu uma média de 26 projetos de diferentes entidades, em 04 estados brasileiros, apresenta características inovadoras, pois tem como finalidade a promoção de iniciativas de preservação ambiental, o empoderamento econômico e político e incentivo cultural.

Neste sentido, a constituição de um Fundo de Apoio a Projetos Socioambientais surge como uma alternativa importante para o fomento

das iniciativas comunitárias para a conservação não só dos recursos naturais nestas áreas como da cultura dela dependente.

A visão de pequenos empréstimos não é nova, porém nas mãos das quebradeiras de coco recebeu uma substancial modificação, a instalação de infraestrutura para o processamento do babaçu, sendo um dos principais pilares deste projeto.

O empréstimo é feito mediante análise de benefício para a comunidade da pessoa, que requer o crédito, percebe-se então que a intenção não é movimentar e nem gerar lucro como por parte dos bancos oficiais ou tecnologia convencional, representantes do patriarcado, mas sim empoderar novos sujeitos, por estas iniciativas socioeconômicas.

Figura 01 - Reunião do comitê gestor do fundo Babaçu.



Fonte: <<http://www.miqcb.org/notcias>>. Acessado em 12 de outubro, 2016.

Não se pode deixar de mencionar que o pagamento do crédito é acrescido de 3% ao ano, e pode ser feito em duas parcelas, uma após 06 meses e a outra em até 12 meses depois da tomada do empréstimo. Para solicitação do microcrédito é necessária uma organização formal, que atenda critérios estabelecidos em edital específico do projeto, que é estabelecido pelo Comitê Gestor do Fundo. A (figura 01) mostra o comitê a qual faz a gestão do fundo, sendo deste espaço onde ocorre as avaliações dos projetos que serão contemplados.

Assim combatendo a ideia inicial tecnologia convencional, o conceito a qual se pode afirmar como um dos mecanismos utilizados pela doutrina econômica vigente, a

qual se instalou em todo o planeta para o uso indiscriminado de tudo que for capaz de gerar alguma fonte de lucro.

[...] A única variável desse modelo é o tempo. Assim, a última tecnologia (baseada na última descoberta científica) seria a melhor, e todas as outras seriam atrasadas, obsoletas, não valeriam nada. E aquela, por ser a melhor, vai eliminar todas as outras. E quem não se apressasse a utilizá-la estaria condenado ao atraso, não importando os impactos nocivos de qualquer ordem que ela poderia determinar nas sociedades que a adotam.

Percebe-se que em diferentes abordagens, como as de Dagnino, Bauman e outros, emerge um diálogo a respeito do mesmo sistema, que primazia o descarte de identidades, culturas e objetos.

E não apenas isso, o fato de que os pequenos grupos não conseguem se apoderar de tecnologia que reforçaria sua cultura devido aos altos custos e difícil acesso ao conhecimento necessário para utilização destas inovações. Os que comandam o mercado acreditam que eles não estão produzindo com eficiência e acabam por excluí-los, individualizando as tecnologias, criando assim massas de pessoas que eles próprios classificam como subdesenvolvidos, ou como definido por Darcy Ribeiro a incorporação histórica.

Comunidades tradicionais, ou agricultura familiar são processos em cadeia de menor escala, assim não conseguem isoladamente executar as mesmas tecnologias, tendo a necessidade de iniciativas como o fundo babaçu.

Para contextualizar ainda mais, um dado torna-se interessante. Investimentos feitos em tecnologias de 20 empresas líderes em aplicação de recursos em pesquisa supera os gastos de países como Bangladesh e Paraguai nas mesmas áreas de pesquisa. Essa informação de Dagnino mostra como a distribuição de tecnologia e investimento são desiguais; dessa forma, os conhecimentos gerados em preservação e questões sociais seguem o mesmo fluxo do desequilíbrio e desigualdade. Abrindo caminho nesse conjunto de informações pode-se concluir que os estudos nas áreas de saneamento básico, medicina, educação entre outro, também não são distribuídos aqueles que necessitam.

Ainda merece atenção, o Projeto Pindova, programa que possui quatro alicerces:

- I. A criação de núcleos produtivos com certificação socioambiental e participativo.
- II. Capacitação de jovens das comunidades de quebradeiras de coco babaçu.

III. Criação de rede física e virtual de capacitação dos jovens visando as questões socioeconômicas e ambientais.

IV. Adequação das estruturas físicas das unidades produtivas dos produtos de babaçu, como o azeite.

Certamente as estratégias que o MIQCB possui são sistemas independentes que se complementam, o oferecimento de crédito é essencial para que a competitividade e inclusão econômica e social se efetive, mas existe a necessidade de manter o grupo de trabalhadoras coeso e com capacidade para continuar estruturando novos projetos.

A exemplo do Pindova, no qual as mulheres enxergam a educação como meio transformação da realidade com preservação de sua existência, compreendendo que precisam criar seus mecanismos para que possam ter acessos as diversas tecnologias que podem ser favoráveis a elas.

De modo concreto o colonialismo a qual em uma de suas facetas é uma ferramenta, é utilizado em larga escala sendo meio de conquista, usando indiscriminadamente tudo e todos, a nossa história comprova isso, todas as ex-colônias dos países mercantilista operavam da forma acima mencionada. E ainda no decorrer da história como um sistema contínuo a qual se produz ainda no presente que hora o colonialismo/capitalismo degrada as culturas, territórios, hora ela segrega, mutila e gera a intolerância.

O desenvolvimento sustentável, surgido a partir das movimentações locais, se mostra eficiente diante do sistema econômico vigente, que possui o ideal do “ganhar” e da “competição”, espalhando a exclusão em vastos setores, como explica Jara “[...] sistema mundial de produção e consumo é exclusivista e esconde uma lógica de violência [...]”, isto é, não visa o bem-estar dos seres humanos. Dejours complementa o pensamento a respeito isonomia, exprimindo a existência da trivialização massificada que adormece a capacidade das pessoas de perceberem as injustiças e dessa forma o sofrimento alheio não é percebido.

Já Kliksberg demonstra o que seria o verdadeiro “ganhar”, é a inclusão e promoção das pessoas fundamentando na educação, segurança social, preservação e promoção da cultura, seguridade nutricional entre outros pontos, proporciona para a comunidade e o país o desenvolvimento com benefícios a todos.

2.3 MIQCB seus agentes e estratégias de desenvolvimento local

A potencialização do território, a presença de sujeitos que habitam e modificam esses lugares a partir da sua cultura, dentro da perspectiva e métodos integradores tornando todos em efetivos cidadãos, advém também de uma perspectiva que pode ser denominada a partir do Desenvolvimento Local. A participação coletiva é a resposta e gera benefícios para todos, Fonseca e Bursztyn afirmam que “[A]tributos como participação, descentralização, responsabilização e equidade entre os atores dão à noção de governança um conteúdo de legitimidade e pragmatismo, abrindo espaço para uma regulação que leve em conta fatores extraeconômicos”.

Vicente Fideles de Ávila, pioneiro na teorização do Desenvolvimento local entendido como perspectiva comunitária, propõe a metáfora do desabrochar para uma comunidade, que se encontra em um território, que por definição é: ser capaz de criar seus caminhos e percorrendo de forma autônoma.

Esse pesquisador ressalta ainda que muitas coletividades e corpos sociais precisam desse “acordar” diante das ajudas externas, já que os processos não acontecem de forma isolada ou monocrática. Em muitas ocasiões a falta de recursos certos ou maneiras de se libertar de uma situação não é fácil sem a ajuda. Mas também como Jara (1998, p.72) exhibe que o Desenvolvimento Local tem características de desenvolvimento das ideias no âmbito interno não significa isolamento do mundo, apenas caminhar com suas próprias pernas.

Fonseca por sua vez determina a origem deste conceito, essas ações se intensificam em momentos de redução da atuação do Estado, ou em amplificação de políticas que já visavam a exclusão das pessoas sendo que acabam sendo reforçadas por instituições diversas. O que torna necessário que os atores internos se estimulassem ou sofressem estímulos para reconfigurar sua realidade, comunidade e seu território.

De certa forma alguns princípios da governança pública se tornam imposição, uma visão rígida sobre a realidade dinâmica das pessoas, não levando em conta uma série de capacidades sociais de organização, ou até mesmo rompendo o tecido social propositalmente. Sergio Boiser demonstra o poder da colaboração, em que sistemas distintos possam dialogar e somar forças para o desenvolvimento: “la interacción entre dos grandes actores, uno de naturaleza política como es el Estado y otro de naturaleza social como es (o debe ser) la Región (así, com mayúsculas), resulta clave en la promoción del bienestar en el territorio.

Então nessa participação do elaborar e reelaborar as relações no ambiente em que se encontram as pessoas, constroem sua coletividade, mas ao mesmo tempo seu individualismo, contudo não deixam de edificar sua cultura em um espaço físico, com superestrutura e infraestrutura sendo sublimado em dinâmicas próprias.

Nesse sentido merece destaque uma estratégia a qual refere-se a significação e ressignificação que essas mulheres estão propagando através das músicas de ofício, cações essa as quais tradicionalmente são cantadas durante a quebra do babaçu, como forma de distração e para manter o ritmo do trabalho. Esse hábito segundo um relatório do Sesc (2015) era transmitido das mães e avós para as crianças que acompanhavam os mais velhos na busca e quebra do babaçu.

Complementando este aspecto Moraes e Mendes, atestam que essa dinâmica era imposta às mulheres, sendo a elas impostas todas as obrigações com os afazeres domésticos e cuidados com os filhos, assim sem onde deixar as crianças, a mesmas acompanhavam suas responsáveis. Afirmam ainda que as músicas são passadas a próxima geração por meio da oralidade, servindo como mecanismo de socialização e compreensão dos processos em seu entorno.

Certamente, a luta cotidiana dessas mulheres se transformou assim como o grupo ao passar do tempo, hoje as músicas além de simbolizar todo o universo em que essas mulheres construíram as músicas são carregadas de sentimentos de preservação, político e educacional.

E é exatamente nesta circunstância que Thompson (1981) contribui, a respeito da experiência reprodutiva que se relaciona com a vida pessoal, social e política. A ação humana não se desvincula dependendo da ocasião, o sujeito é mesmo em seu trabalho e em seu ambiente familiar. Assim a atuação de produção ou reprodução está relacionada com os arranjos culturais, e esse por sua vez influencia novamente na produção ou reprodução. Moraes e Mendes inclinam-se na mesma direção ao dizer “ (re) construção de paisagens culturais, via agenciamentos técnicos, socioculturais, e políticos, não se resumindo, portanto, a uma relação apenas utilitária, mas estabelecendo vínculos variados, dentre os quais, de ordem simbólica. ”

[...] também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaborada) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da

cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral.) .

Com este propósito apresentado, é possível compreender que os cantos de ofício são mecanismos políticos e sociais aos quais relacionam-se com toda a vida das mulheres quebradeiras de coco, tanto com seu passado e presente.

Tomamos esses cantos como produção simbólica, expressões musicais que acompanham atividades laborais, em tessituras rítmica, sonoras, poéticas, exprimindo a profunda ligação entre arte e vida, e expressando tanto a articulação entre movimentos corporais e ritmos laborais, quanto nos planos material e simbólico, de pessoas e grupos em tarefas coletivas, traduzindo a convivência prazerosa no trabalho e padrões de sociabilidade (SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015)

Sendo este outro mecanismo de refiguração, então a partir deste olhar fornecido por Thompson, escolheu-se duas músicas, que vão fornecer suporte para que se possa compreender a vida, a luta e o que elas buscam.

Com o apoio do MIQCB e Assema, criou-se o grupo As Encantadeira (figura 02) a qual fazem apresentações artístico-culturais. É “[...] formado por oito mulheres que trabalham na quebra do coco babaçu desde a infância e hoje também exercem o importante papel de liderança na defesa e valorização do trabalho das quebradeiras” Sesc (2015).

Figura 02 - Grupo As Encantadeiras



Fonte: Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/porta/site/sonorabrazil/2016/#3rdPage/47>>. Acessado em: 29 dezembro 2016

XOTE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO

Letra e música: João Filho ou João Abelha de Praia Norte do Tocantins

Refrão: Ei, não derruba esta palmeira.
Ei, não devore os palmeirais.
Tu já sabes que não podes derrubar,
Precisamos preservar as riquezas naturais!

O coco é para nós grande riqueza,
é obra da natureza, ninguém vai dizer que não.
Porque da palha se faz casa pra morar,
já é um meio de ajudar a maior população

Se faz o óleo pra temperar comida,
é um dos meios de vida pra os fracos de condição.
Reconhecemos o valor que o coco tem,
a casca serve também para fazer o carvão.

Com óleo de coco, as mulheres caprichosas
fazem comidas gostosas de uma boa estimação.
Merece tanto seu valor classificado que,
com o óleo apurado, se faz o melhor sabão.

Palha de coco serve pra fazer chapéu,
da madeira faz papel, ainda aduba o nosso chão.
Talo de coco também é aproveitado,
faz quibane, faz cercado pra poder plantar feijão.

A massa serve pra alimentar o povo.
Tá pouco o valor do coco, precisa dar atenção.
Para os pobres, este coco é meio de vida.
Pisa o coco, Margarida! E bota o leite no capão.

Mulher parada, deixa de ser tão medrosa!
Seja um pouco corajosa, segura na minha mão.
Lutemos juntas com coragem e com amor,
pra o governo dar valor a esta nossa profissão.

O Xote das quebradeiras de coco, pode-se dizer que é a primeira canção, e sem dúvida a mais emblemática do contexto das quebradeiras, pois cada estrofe carrega uma mensagem consigo, de caráter social, econômico, político e educacional, isso em apenas uma música.

A letra como um todo representa o simbolismo do universo de quem depende do babaçu, sabendo disso a construção da música, é a representação clara do diálogo entre

sistemas, ao se referir de conceitos culturais como a culinária por meio do azeite produzido por elas, ou através do econômico ainda tratando do óleo que se fabrica sabão e sabonete (figura 04). Da mesma forma ao tratar da palha que pode ser utilizada no artesanato, proteção para as casas ou artesanato. Além disso percebe-se que todo coco é utilizado, o mesocarpo¹ após processamento vira farinha também usada como alimento, a casca do coco ou pode ser usado como adubo ou é transformado em carvão, não havendo desperdício tudo é utilizado (figura 05).

É importante frisar a lição ambiental (figura 03) a qual compreende a necessidade e a relação da sua existência com a preservação da flora e consequentemente da fauna, essa relação perdida nos sistemas denunciado neste trabalho.

As duas últimas estrofes merecem atenção, pois trazem mensagens no âmbito político-social, incentivando a mobilização e a união do grupo, figurando que a conquista para elas se faz através do grupo e não de forma isolada, o que se constata em toda sua história.

Figura 03 - Mata de babaçu preservada



Fonte: Disponível em: <<http://www.asmbip.org.br/ver/fotos/>>. Acessado em 14 outubro 2016.

1

Camada do coco abaixo da casca rica em amido.

Figura 04 - Sabão e óleo de babaçu



Fonte: Disponível em: <<http://www.asmubip.org.br/ver/fotos/>>. Acessado em: 14 de outubro 2016.

Figura 05 - Amêndoa e carvão de babaçu



Fonte: Disponível em: <<http://www.asmubip.org.br/ver/fotos/>>. Acessado em: 14 de outubro 2016.

A música é um manifesto não sendo apenas uma vertente cultural, mas de cunho político e social, então pode-se compreender que neste processo se envolve meio reprodutivos ao demonstrar o conhecimento popular e como sempre foi feita determinada tarefa, assim como produtivo ao se questionar e pôr em pauta questões novas, incorporando assim novas indagações ao seu cotidiano.

OITO DE MARÇO

Letra e música: João Filho ou João Abelha de Praia Norte do Tocantins

Oito de março vai deixar
Muita saudade, pois na verdade,
Tenho orgulho em ser mulher!
Enfrento coco, enfrento a roça, enfrento a casa.
Mulher é brasa viva em lugar qualquer!

Sou cidadã no meio da sociedade,
A liberdade é um direito da mulher.
Sou lutadora, na batalha sou guerreira,
Sou brasileira e sou filha de Javé.

Estou sonhando com minha felicidade,
Capacidade também existe na mulher.
Não sou escrava, sou capaz e competente.
Mulher é gente! É mulher que a gente quer!

Nosso país não existe igualdade,
A sociedade discrimina a mulher.
Para as mulheres, desejo felicidade.
Tenho saudade de um Brasil que a gente quer!

Neste comedido olhar para as canções aqui exposta, cabe um vislumbre a letra da música Oito de março, a qual traz em seus versos temáticas importante na qual tratou-se no quarto capítulo desta dissertação. Contudo sinaliza essas mulheres possui consciência político-social da realidade em que se encontram na sociedade patriarcal brasileira.

Este cântico possui observações da coletividade apoiando-se na dialética, pois em algumas estrofes, é detectado contradições presente no corpo social, porém ao mesmo tempo parafraseando a música é explicitado que mulher é brasa viva em qualquer lugar, demonstrado sua resiliência aos ditames desiguais.

Em suma, o trabalho e vida das quebradeiras de coco exprime muita luta, trabalho também conquistas, essa última perpassando por muita astúcia e perícia, ao valorizar o seu fazer é perceptível a construção sólida da sua refiguração.

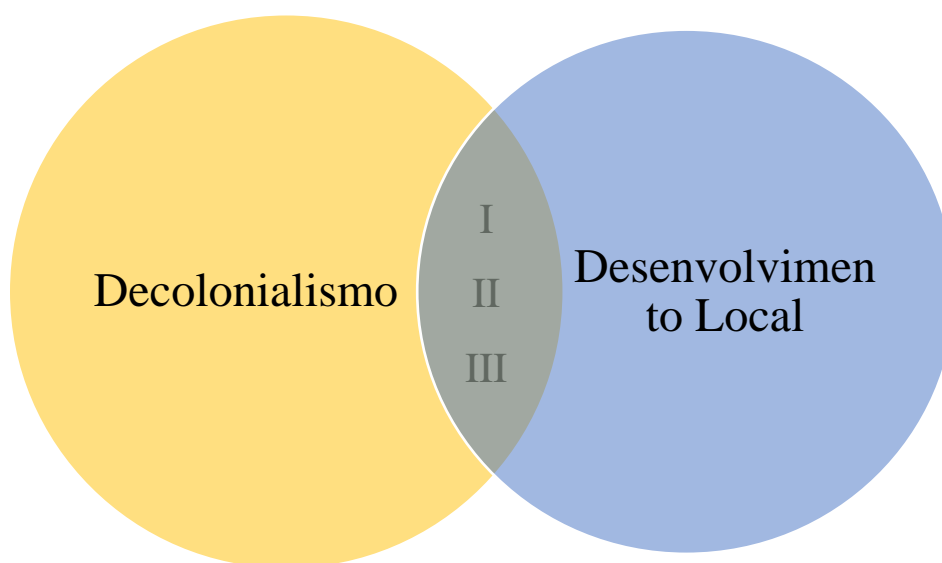
Essas manifestações que são individuais e coletivas podem ser relacionadas com a conceitualização de Klinksberg a respeito do capital social, sendo presente em uma comunidade como fator de desenvolvimento uma vez que as pessoas criam novas perspectivas como define Durston “manifestaciones colectivas, se plantea que las relaciones estables de confianza y cooperación pueden reducir los costos de transacción, producir bienes públicos y facilitar la constitución de actores sociales o incluso de sociedades civiles saludables” o capital social se entende como o conjunto de normas, instituições e organizações que promovem a confiança, cooperação entre pessoas.

No âmbito individual é a promoção das relações pessoais com seu grupo, a qual se cria e nutre o sentimento de pertença. Além disso o que leva as pessoas terem relações positivas entre si em um território, é a confiança, gerada a partir das relações subjetivas dos atores de uma localidade, criando laços que minimiza os conflitos e melhora a relação nos diversos aspectos socioeconômicos do fosso das desigualdades antes aberto, sendo preenchido com as ações decoloniais que cada grupo pode criar. “correlaciones entre el grado de confianza existente en una sociedad y factores como la eficiencia judicial, la ausencia de corrupción, la calidad de la burocracia, y el cumplimiento con los impuestos”.

Ou seja, as forças locais, os atores locais modificam suas vidas com estruturas dinâmicas intangíveis, assim o Desenvolvimento Local aliado com o Decolonialismo é a proposta desta empreitada, não como uma panaceia de todos os problemas da humanidade, mas como possibilidade de resgate, equidade e libertação através da reconstrução da própria realidade. Embora muitos movimentos sociais se utilizam de uma ou de outra teoria como bússola, ambos os parâmetros empregados em práxis ainda não foram propostos.

Como estratégia de superação (figura 06), defende-se a intersecção de conjuntos abaixo relacionados a qual se articulam nos seguintes aspectos:

Figura 06 - Estratégia de superação do colonialismo



Fonte: Djmes Yoshikazu de Lima Suguimoto

- I. Juntos proporcionam aos sujeitos, mecanismos de empoderamento territorial, social e econômico;
- II. São utilizados para garantir que cada grupo possa manter sua epistemologia, assim preservando seus saberes, cultura e etc, e sendo também uma outra forma de propor uma solução;
- III. Juntos se tornam princípios de reconfiguração da vida das pessoas.

Nota-se uma intrínseca relação nos fundamentos aqui defendidos e referidos, esse subterfúgio faz frente a barbárie empregada na exclusão (figura 08).

As ações humanas estão ligadas aos seus contextos territoriais e históricos, então é preciso levar em conta toda essa dinâmica. Quem melhor do que as próprias pessoas que habitam determinado local para conhecer suas verdadeiras necessidades e transformá-las. Tendo em vista que por muitos anos os modelos que visavam a transformação do mundo falham em várias escalas, muitos processos, muitas políticas não conseguem responder as verdadeiras necessidades dos grupos, acreditando em uma saída única para todos, muitos problemas socioambientais e econômicos são gestados dentro da tradição do pensamento convencional e modelador. Nota-se que as crises nos países classificados subalternos são de origem capitalistas, Kliksberg resume esse raciocínio:

Lo han dinamizado y urgido procesos como los severos problemas experimentados por las economías del Sudeste asiático, las graves crisis observables en economías en transición, como la rusa, las inestabilidades pronunciadas en los mercados financieros internacionales, los desajustes y las polarizaciones sociales en regiones como América Latina, y otros.

O pensamento econômico colonizador capitalista influencia na forma da compreensão das ações humanas, pautando a existência do ser humano no seu tradicionalismo convencional que não faz parte da realidade, o conhecimento tácito, o saber popular, regional ou do território não faz parte da sua epistemologia. De forma semelhante Walter Mignolo contribui nessa linha de raciocínio:

Opções descoloniais estão mostrando que o caminho para o futuro não pode ser construído das ruínas e memórias da civilização ocidental e de seus aliados internos. Uma civilização que comemora e preza a vida ao invés de tornar certas vidas dispensáveis para acumular riqueza e acumular morte, dificilmente pode ser construída a partir das ruínas da civilização ocidental.

As discussões em torno do desenvolvimento sustentável não podem se pautar em velhas práticas instituídas, não é possível criar a transformação sem a guinada na forma de pensar como exemplificado. “Não se pode fazer um desenvolvimento novo com material institucional velho e vulnerável” (JARA. 1998, p.36).

A melhor resposta que se pode apresentar são os conceitos em paralelo que o Desenvolvimento Local e o Decolonialismo apresentam. Para deixar mais densa a discussão neste aspecto algumas circunstâncias propostas por Fonseca serão inseridas neste contexto, associada ao proposto por Ávila (2008) e Melo (2012) e quanto aos padrões incorporado em muitas ações, devendo tomar o máximo de cuidado, pois tanto em Desenvolvimento Local como no Decolonialismo não se usa um molde, não existe uma receita que deu certo para um local que dará certo em outro, não se trabalha aqui como uma massa de bolo, que depois de bater ela se torna homogeneia e se pode curar em um formato desejado. Precisa-se levar em conta cada minúcia para propor qualquer sugestão ou orientação.

Os grupos precisam ser despertados tornando uma comunidade ativa, ou seja, senhora da sua própria escolha dessa forma sua cultura, seus conhecimentos e articulações são preservados e reformuladas por seus pares. Além disso é a percepção de – paciência – ou o tempo de maturação necessário que cada pessoa ou grupo necessita, contra o

imediatismo empregado no mundo globalizado, que caminha a passos largos para o colapso.

Todas as vezes que menciono a palavra “*paciência*”, relacionada a DL e principalmente a Agentes de DL, sempre o fiz e faço com as seguintes opções de significação: *não-precipitacionismo, não-imediatismo, não-achismo, não-receitualismo, não-modelismo, não-impossicionismo, não-intervencionismo, não-colonialismo, não-assistencialismo* cultivador da “Cultura da Pobreza[...]. (ÁVILA. 2008, p. 88)

A exposição de Melo é de grau equivalente a ideia acima exposta, quando defende a tese que não existe um ideal figurino de aplicabilidade dos países com um alto desenvolvimento tecnológico aos países que eles jugam inferiores. Não podendo ser uma personificação do desenvolvimento reproduzir as experiências de outros grupos ou nações.

Além disso Fonseca aponta para a preocupação quanto a banalização do Manual de Boa Governança (MBG), pois o mesmo está sendo pensando como parâmetro determinante para reconhecer, aceitar ou não as ações de um determinado grupo. “As chances de um programa ou projeto ser aprovado por agências financiadoras aumentam, à medida que eles expressem a sua adesão, ao menos formalmente, aos critérios do MBG”. A inovação ou empreendedorismo criado por uma coletividade está se tornando uma regra descaracterizando as dinâmicas de outros locais, pois para conseguir apoio acaba-se formatando de modo impositivo (de cima para baixo).

Isso ocorre porque cada situação particular tem características culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais diferenciadas, o que faz com que a fórmula buscada com a replicação impacte distintamente o meio no qual é inserida, visto que a realidade-alvo condiciona, modifica e pode até distorcer o eixo da intervenção.

Nesse quesito projetos gestados no seio local são uma estratégia que visa romper com esse modelo de governança estabelecido por quem não conhece a realidade localidade, e é o que defende Boisier, ao discutir a descentralização, como um recurso de desconcentração da burocracia e da hierarquização do poder, expõe que a descentralização é um processo intensificador da democracia que por sua vez torna uma sociedade mais madura reforçando ainda mais a soberania popular.

Contudo a relevância desse pensamento se faz ao considerar a escala territorial local, pois este investigador disserta da seguinte forma “la descentralización societal representa la aplicación en la práctica del principio político de subsidiaridad, de acuerdo al cual cada organización social es competente para intervenir sobre su propio ámbito” .

Ao chamar a atenção para as configurações políticas, sociais e econômicas com fundamento em princípios coloniais europeus de centralização, esses intelectuais convergem que muitos países, subjugados e que tentam a todo custo se enquadrar em metas ou MBG estão alicerçando uma ponte para um futuro inserto que não corresponde ao verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Deixar de perceber as potências dos múltiplos territórios é uma falta grave que acarreta em atrasos em toda a escala humana, que pode sepultar não só conhecimentos, mas também culturas ricas. Possibilitando o retardamento e colonialidade cada vez mais agressiva, escondida em consumo, burocracia e enrijecimento do poder.

3 A CRÍTICA AO PENSAMENTO COLONIAL

A análise feita até esse momento neste trabalho a respeito do sistema econômico predominante hoje, está vinculado com o pressuposto de Tullius ao expor a economia global focada em um único ramo do conhecimento esquecendo-se que estamos trabalhando com seres humanos, sendo necessário levar em conta uma série de variáveis. “A economia formal, baseada simplesmente em explicações matemáticas e estatísticas para o mundo real (que é dinâmico) ”.

Similarmente Lander salienta o perigo que este figurino deturpador está promovendo para o futuro. Em qualquer parte do tempo futuro, o ser humano e os seres vivos do planeta correm perigo, devido ao empenho dos países industrializados, na imposição que Lander chama de *apartheid global*, e aos efeitos devastadores as quais as tecnologias modernas estão produzindo a partir de um único olhar do mundo.

Além disso Tullius (2006) justifica que essa visão metódica da economia cria um cenário de destruição pois acredita-se que os recursos naturais são infinitos usando de forma tirânica os meios de vida de muitas populações. Shiva proclama que a biodiversidade é considerada apenas como matéria-prima, acreditando-se que a natureza é algo irracional, algo a ser domado e transformado, pois ali se impera o caos, e esse processo racista põe em perigo diversas culturas as quais se interagem com o ambiente. Vico Melo estabelece uma proposição a qual está em congruência aos demais pensadores ao conceituar os anseios da modernidade, que “ conceber o desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna”

Celso Furtado complementa ao fundamentar a respeito da degradação e a sua não contabilização, ou seja, arruinam e não se calculam o uso descomedido do solo, da água, dos recursos. “Por que ignorar na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não renováveis[...] Por que ignorar a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rios”.

Para Furtado (1974) se fosse pontuado o quanto produzimos e o quanto perdemos ao degradar os biomas, as balanças comerciais de muitos países seriam negativas. E de certo, cria-se uma pobreza socioambiental sem tamanhos, transformando recursos coletivos em privado. Entende-se que a rentabilidade de produção, é mais significativa do que a preservação dos recursos.

Dessa forma compreende-se melhor as exposições feitas acima se observamos os apontamentos de Daniel Jover:

Construimos sistemas socioeconómicos que nos prometen dinero, fama y poder mediante el trabajo y los negocios para obtener la felicidad individual si consumimos lo máximo en el mercado, donde encontraremos todo lo necesario para satisfacer las necesidades, tanto las básicas como las impuestas artificialmente.

Verifica-se que toda a realidade contemporânea é formulada e reformulada em bases antinaturais, todas as necessidades reais do ser humano, podem ser contempladas a partir de formulações já existentes e simples.

A título de exemplo, no momento presente a região a leste de Belo Horizonte, sofre com uma catástrofe sem tamanho com o rompimento de duas barragens de contenção de rejeitos de mineração, diversas cidades de Minas Gerais e Espírito Santo decretaram estado de emergência devido ao fato ocorrido. O episódio descrito sucedeu a pouco mais de um ano. Cidades foram totalmente destruídas por um mar de lama, pessoas ainda se encontram em alojamentos ou em situação precária, o ecossistema foi totalmente comprometido e o rio que abrange esses dois estados está agonizando junto com os animais que dependem dele. Segundo o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) a situação foi um “desastre de muito grande porte. [...] sendo os danos enormes e os prejuízos muito vultuosos.”.

Toda a história, o sagrado, tudo aquilo que compunha a base da cultura e vida das pessoas, foi atingido junto com o ambiente por trinta e quatro milhões de m³ de rejeito de minério e lama aponta o mesmo órgão. Expondo ainda a tragédia está em curso Milanez *et al* denuncia de inúmeros problemas, sociais, psicológicos, ambientais e etc, as quais surgiram nas pessoas que moravam nessas áreas após o fato relatado.

Corroborando nesta análise Boaventura de Sousa Santos ilustra em sua tese o “fascismo social”, sendo um mecanismo de exclusão que atua nos direitos sociais e econômicos não permitindo que os grupos minoritários possam desfrutar do que produzem por meio do contrato social, os tornando como população descartáveis.

O imperativo da modernidade ao qual as pessoas estão inseridas Ballestrin debate e direciona como modelos corrosivos e classificatórios, existindo dois grupos divididos em: em raça, superioridade (étnica e religiosa), trabalho e pureza sanguínea. Esse modelo de categorização oxida a multiplicidade e institui o que Shiva denomina monoculturas

tanto da mente quanto agrícola as quais optam como personificação capaz de solucionar todos os problemas que essa mesma estrutura gestou. “A característica crucial das monoculturas é que, além de substituir as alternativas, destroem até mesmo a sua base. Não toleram outros sistemas e não são capazes de reproduzir de maneira sustentável[...]”.

Por sua vez Boaventura de Souza Santos classifica toda concepção de seriação e marginalização a partir de estruturas materiais ou não, como pensamentos abissais. Implementando a divisão na realidade social, em que pessoas são aceitas e estão deste lado da linha, as não aceitas do outro lado da linha. Para aqueles que estão do outro lado da linha a vida é difícil e a guarda de toda sua produção simbólica, material vai sendo anulada paulatinamente até que se configure como inexistente. “A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha”.

Reforçando ainda o pensamento monocultural, Paulo Galerani escreve um material disponível na página da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) apresentando os prejuízos que as monoculturas carregam. “O desequilíbrio causado pela monocultura desencadeia problema de doenças, pragas e plantas daninhas sem controle e perda de produtividade por causa do desbalanceamento das condições físicas, químicas e biológicas do solo”.

Assim como Cavalcanti observa por meio da obra de Celso Furtado que muitos governos, muitas sociedades e quase todos os países lutam para a ampliação de métodos predatórios, que alargam a dependência da destruição ambiental. Destruindo todas as bases para a diversidade e sustentabilidade, apoia-se em meios que estão preocupados apenas com as questões econômicas e esquecendo o principal que é o ser humano.

Em contraponto aos conceitos acima declarados, torna-se apropriado estampar a criação da Mesa de Diálogo instituída entre o MIQCB e o Governo Federal, assim como os governos estaduais e municipais para estabelecer instrumento que engendra o diálogo e negociação. A intenção para criação deste mecanismo foi divulgada oficialmente no Diário da União nº 184 do dia 23 de setembro de 2016, portaria nº418, reconhecendo a importância das quebradeiras de coco para a promoção de políticas públicas que possam beneficiar comunidades extrativistas, a vida dessas pessoas assim como seus saberes.

Assim confirmam as estratégias até o momento expostas neste trabalho, as quais apontam para conquistas de grande importância, ou como Bolonhês *et al* afirma “[...] as quebradeiras atingiram o nível de influência para criar pressão suficiente para enfrentar os poderes tradicionais das áreas em que o movimento atua”.

Em julho de 2015 o MIQCB juntamente com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Tocantins (UFTO), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), além do Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia (GESEA) e o Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia e a Fundação Ford, lançaram uma pesquisa intitulada: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu.

O levantamento deu origem ao um mapa que demonstra as dificuldades que as mais de 300 mil associadas ao MIQCB e outras tem na sua vida cotidiana; ameaças de morte, cerceamento de fontes de água entre outros. A pesquisa também demonstrou que as regiões onde se tem a presença das quebradeiras de coco há a preservação dos babaçuais e consequentemente todo o ambiente, assim como a ampliação desse bioma.

As negociações que as quebradeiras de coco fazem são nos múltiplos ambientes, criam ferramentas e os canais para demonstrar suas ações e seus benefícios, colocando a mesa de debate instituições de realidades diferentes, preservando assim seu modo de vida. Assim como já foi abordado ou elas se apropriam das tecnologias sociais ou elas criam a sua própria tecnologia.

É necessário examinar a respeito dos princípios coloniais estabelecidos ao mundo. Se o planeta pode suportar uma carga tão nociva de deglutição e estilo de vida que gera tantos desequilíbrios. Jeffrey Sachs manifesta-se quanto a possível inclusão dos países em desenvolvimento nos mesmo processos de consumo que as lideranças econômicas mundiais possuem hoje. Alerta também para o aumento dos poluentes e exclusão ainda mais severa dos países subdesenvolvidos, e novos processos de degradação mundial do ambiente que necessitará de recursos vultuosos a qual esses dois grupos de nações não conseguiram pagar a conta sem a ajuda dos implementadores de mecanismos de poluição segregação e colonização.

A sociedade atual ainda transporta em seu cerne o preconceito e a segregação. Grupos que não se enquadram no formato imposto pela classe e sistema econômico dominante são criminalizados e de toda forma tentam sufocar as manifestações dessemelhantes, ou como exposto seus caminhos são dificultados impossibilitando seu modo de vida como muitos problemas que as quebradeiras de coco possuem. Para Dussel a modernidade é um mito de práticas irracionais que leva o ser humano a violência, o

mesmo autor destaca sete perspectivas irreais as quais tornaram-se pressuposto básico para as sociedades nos processos civilizatórios contemporâneos.

1. A sociedade moderna ocidental se considera superior;
2. Existência de pressupostos que classificam grupos superiores, sendo os demais inferiores;
3. Todos os processos científicos e educacionais validados são os de origem das sociedades que se julgam superior.
4. A violência é necessária para “domesticar” os inferiores;
5. As vítimas e as guerras criadas para subordinar os inferiores são efeitos colaterais inevitável;
6. O bárbaro tem culpa ao se opor aos processos “civilizatórios”;
7. Os sacrifícios ou custos são inevitáveis, toda a classificação ou segregação é parte do processo civilizador.

Ivan da Silva Poli acrescenta ainda mais argumentos a essa ideia, quando trata da importância do estudo das culturas de matriz africana no Brasil. A análise refere-se as justificativas do discurso criminalizatório das culturas africanas, indígenas entre outros grupos.

Um dos panos de fundo da pesquisa de Poli, é a insulação de culturas que divergem do sistema cultural dominante, assim como Mies e Shiva (1998) argumentam, se a autossuficiência é vista como um modelo de libertação e desenvolvimento frente ao modelo hegemônico cultural, as ações coletivas sofrem violências e outros tipos de hostilidade.

A diversificação de modelos abala as bases de muitas instituições que são formadas nos seios das classes dominantes, e dessa forma perturbam a formatação imposta aos grupos minoritários. “A imposição da cultura da classe dominante por correlações de força faz com que seja a única digna de ser adquirida e estudada” (POLI. 2014. p.25). Observa-se assim que dentro da perspectiva colonial todas as formas de opressão são oriundas dela mesmo, contudo o colonialismo não é o mesmo em cada período histórico, ele obedece a lógica do momento, principalmente comandado pelos interesses econômicos de uma classe social, normalmente a elite ou o grupo que está em ascensão.

Imediatamente a resistência que esses grupos criam para manter suas raízes são tratadas como crime, algo que pode destruir a soberania de uma nação, justificando qualquer tipo de ato escuso, dessa forma os sete aspectos de Dusell.

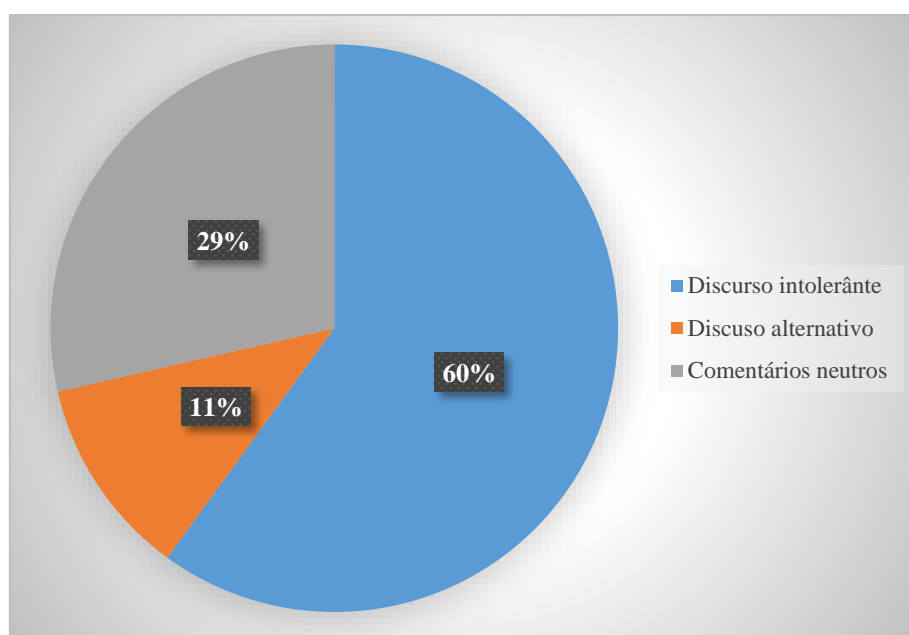
Neste processo de reprodução é evidente a marginalização de todo o universo simbólico e cultural próprios de membros de outras culturas, que nas as culturalmente dominantes e que, segundo Borudieu, e a única digna de ser reproduzida e inculcada em seu arbitrário cultural. Consequentemente, não somente o universo simbólico, mas também os habitus linguísticos destas populações são igualmente marginalizados (POLI. 2014, p. 12).

Fazendo com que esses sujeitos de culturas diversas tenham que abandonar seu modo de vida para poder galgar espaço na sociedade dominante. Há diversos casos em que muitos povos indígenas no Brasil não apresentam mais os aspectos tradicionais da sua cultura, pois foram obrigados a aceitar os nossos padrões para poder sobreviver.

Certamente o Parecer Oficial sobre a Lei 10639/03 concorda com o que acima foi exposto. “Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática”.

Não é possível saber os resultados da destruição de uma cultura ou subjugar seus aspectos, em alguns casos os grupos se deterioram e seus membros são pulverizados na cultura dominante, não integrados, mas sim marginalizados. Em outros casos cria-se a resistência que pode ser instaurada de maneiras diplomáticas ou violentas.

A organização espanhola Proxi fez um levantamento entre novembro de 2014 a julho de 2015, em 400 reportagens em três sites de notícias, El País, El Mundo e 20 Minutos, recolheu-se um total 4777 comentários sobre a imigração de refugiados que estão procurando a Europa como destino. A sondagem realizada por este observatório chegou à seguinte conclusão:

Gráfico 01 - Análise Proxi

Fonte: (CABO; TARRAGONA; VALLÉS, 2015)

O gráfico 01 demonstra a gravidade social que os imigrantes vão encontrar na Europa, sendo oposto a necessidade de acolhida dos refugiados. Um dos principais interesses da pesquisa é diminuir a audiência desses comentários. Obsersevando a situação de forma mais crítica se nota que, a livre circulação no mundo globalizado é ideal apenas para as mercadorias, não aos seres humanos necessitados ou em outras condições.

Poli ainda avalia que esses grupos não serão ouvidos e muito menos aceitos nessa sociedade da forma como eles estão configurados. “Elite cultural é predominante e, é este pensamento que forma os quadros profissionais, do meio acadêmico e o que pensam as Ciências sociais e a educação” (POLI. 2014, p.78).

Outra interpretação se une as questões da tradição, os grupos colonizados tentam preservar fortemente seu passado por meio dos mitos, respeitam seus anciões pois eles detêm o conhecimento e experiências que são de suma importância para a posteridade do grupo. Então baseiam-se na ancestralidade enquanto o capitalismo prega o culto pelo novo, por coisas rápidas, não valorizando as tradições.

A dinâmica social vigente, ao privilegiar o consumismo, o novo pelo novo, com certeza, tem dificuldades para acatar as dinâmicas sociais de matriz africana que privilegiam a memória e aceitam a novidade, apenas quando resinificada a partir do tradicional (POLI. 2014, p.81)

É evidente a forma que as instituições educacionais, econômicas e sociais estão estruturadas apenas para disseminar e sustentar esse fetichismo ao mundo líquido que Bauman descreve, qualquer modo que contradiz esse cenário é combatido de formas violentas não dando espaço para a pluriatividade. É adequado empregar a concepção de Boaventura Souza Santos, a qual descreve as sociedades modernas instituindo constituições democráticas, porém no âmbito social seus cidadãos sofrem com modelos colonizadores. “De fato, creio que talvez estejamos entrando num período em que as sociedades são politicamente democráticas e socialmente fascistas”.

O olhar que cada pessoa tem sobre qualquer coisa nunca possui o mesmo significado, deste modo o valor material ou imaterial que aplicamos as coisas que nos são importantes vai depender da ligação cultural existente. Certamente é possível compreender que todos os teóricos utilizados neste capítulo se embrenham no mesmo caminho: a defesa da multiculturalidade sendo mecanismo essencial para manutenção do homem na terra, e nesses pequenos grupos as respostas sustentáveis são mais fortes e rápidas, esses grupos possuem relação direta com o bioma, e o território, a manutenção da sua cultura depende de um ambiente seguro e saudável. Um mundo complexo e diversificado sempre foi uma realidade humana, e o contato entre grupos que possibilitou inúmeras mudanças que beneficiam a humanidade.

4 O PATRIARCADO COMO FIGURAÇÃO

Ainda se faz necessário manipular o patriarcado como engrenagem essencial da ramificação do colonialismo, como processo a qual sentenciou junto com as ordens anteriores citadas o embasamento teórico, jurídico e social no que se refere a construção da dominação.

O maquinário patriarcal constitui parte de um engenho no qual se une com mais dois grandes elementos segundo Saffioti o racismo e o capitalismo. É evidente que essas peças não surgiram juntas, mas foram sendo incorporadas à medida que as transformações sociais se fizeram presentes ou necessárias, como defende Scott . Agrupa-se neste princípio a qual denomina-se figuração, as concepções de Allan G. Johnson .

Male dominance also promotes the idea that men are superior to women. In part this accours because we don't distinguish between the superiority of positions in a hierarcgy an the kind of people who usually occupy then. This mens that in men occupy superior positions, it's a short leap to the idea that men must be superior².

Para este investigador, o patriarcado é uma ideia inserida na sociedade e mantida por múltiplas instâncias hierárquicas. Dessa forma cria-se uma consciência sintética de superioridade, a qual é mantida a qualquer custo.

Na mesma via de pensamento Saffioti versa que todas as relações pautadas na lógica do sexo masculino como ser dominante são relações hierárquicas que fortalecem estruturas de poder, a qual contaminam a sociedade civil e o Estado. Dessa forma se percebe que toda a categorização do capitalismo e dos outros binômios servem para reforçar a existência da obediência ao homem e assim manter a trindade patriarcado/racismo/capitalismo.

É indispensável citar que o dispositivo patriarcal engendrado ainda na pré-história, segundo Lerner é um mecanismo flexível, quando se refere a sua manutenção. Não se pode considerar que tenha ocorrido de forma uniforme em todas as épocas e lugares. Saffioti sintetiza em seis itens o que é esse aparato:

O domínio masculino também promove a ideia de que os homens são superiores às mulheres. Em parte, isso ocorre porque não distinguimos entre a superioridade de posições em uma hierarquia e os tipos de pessoas que normalmente ocupam então. A homens então que ocupam posições superiores a outros homens, é um salto curto à ideia que os homens devem ser superiores.

- 1- São relações privadas e civis;
- 2- O homem possui direitos sexuais quase ilimitados sobre as mulheres;
- 3- Processo hierárquico que invade todos os espaços sociais;
- 4- Tem base material;
- 5- Corporifica-se;
- 6- Seu projeto é ao mesmo tempo ideológico e violento.

Pode-se afirmar que os itens relacionados acima só se tornam presente devido ao mecanismo abaixo representados. Pois conforme foi sendo necessário o sistema inaugurado ainda nos primeiros passos da humanidade, outras engrenagens foram sendo adicionadas para que a máquina se tornasse mais eficiente. Assim como se faz em um automóvel ao qual precisa da mudança da marcha para ganhar mais velocidade. Não obstante a forma como está sendo estampado o sistema de dominação, é sua presença na vida das pessoas e sua ordem no processo histórico.

Figura 07- Sistema de dominação exploração



Fonte: (SAFFIOTI, 1987)

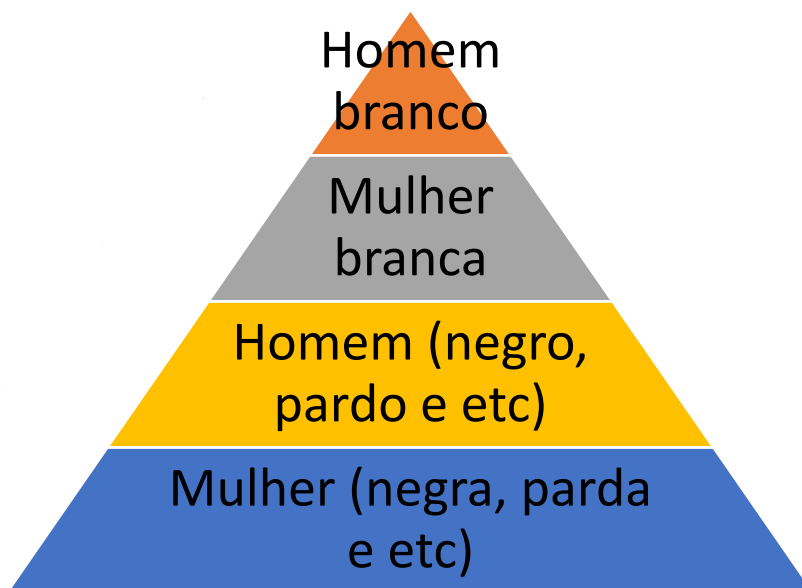
Ainda neste escopo, mudanças significativas na vida das mulheres se deu na Mesopotâmia, e o principal produto foi a institucionalização da subordinação dentro da família, não só das mulheres, mas também dos filhos. O ponto relevante é que outros

processos agregaram e corroboraram de forma mútua com a consolidação do patriarcado. Esses fundamentos estão presentes em grupos pretéritos, que alicerçaram o controle masculino, formando as primeiras elites que aglutinavam as terras, rebanhos e posteriormente edificaram a escravidão

Além disso, na antiguidade, segundo Lerner os grupos trocavam as mulheres no intuito de criar a paz, bem como as tribos que possuíam o maior número de mulheres teriam consequentemente o maior número de crianças, aumentando sua população. Se imagina assim que as crianças reforçariam a mão de obra aumentando as riquezas do grupo, servindo também como legião futura.

Da mesma forma que a força pueril se tornava um recurso, todos aqueles subordinados aos homens dominantes, tornavam-se patrimônio. Ainda assim compreende-se que existia uma diferença na situação social, em que algumas mulheres tinham vantagens sobre outras, no entanto em qualquer posição social estavam submetidas às vontades de homens.

Semelhantemente ainda no presente é imposta a pirâmide de dominação-exploração, a qual beneficia o homem branco heterossexual, conforme Costa e Bruschini relata. É importante destacar que todo grupo social que pode ser representado em forma de pirâmide, simboliza sociedades desiguais, na qual o topo possui todos os privilégios e estratos inferiores pouco ou nada possuem.

Figura 08- Pirâmide dominação-exploração

Fonte: Djmes Yoshikazu de Lima Suguimoto

Á vista disto verifica-se que esse projeto arquitetônico em que cria seres “inferiores” tem como principal função manter a grande parcela da sociedade subalternizada, em razão de que se necessita de segmentos sociais inferiores para existir as superiores, ou aquilo que se destaca do pensamento de Boaventura este lado ou aquele lado. Este panorama também é uma das maneiras encontradas para que o subjugado também subalternize.

Apoiado nos pressupostos básicos formulados pelos pesquisadores até aqui mencionados, o gênero é ao mesmo tempo elemento social que distingue o sexo masculino do feminino, e é também pressuposto básico do qual o patriarcado se utiliza para reforçar o supracitado. Saffioti deixa claro que não se pode definir fielmente, pois desde sua germinação até o presente é uma matéria de transformação constante.

No tocante da análise de Scott a categoria se subdivide em quatro partes, contudo não perdendo o sentido exposto acima. O primeiro prisma, a qual representam o contraditório faz coalizão com os símbolos, exemplo: bem e o mal. Já o segundo item relaciona-se com a imposição rígida do que é feminino e masculino, não havendo outras possibilidades. Além disso o terceiro ângulo refere-se ao reducionismo do próprio gênero na constituição antropológica, sendo referente apenas nas questões parentais. Quanto a última perspectiva, estende-se as relações de poder.

Criando relação de concordância direta com as últimas duas peças da articulação descritas acima, Curado aponta no seguinte caminho ao que se refere a conexão de poder e as relações de trabalho “[...] o mercado de trabalho não é uma entidade sexualmente neutra e que as relações de gênero estão na base da organização do trabalho e da reprodução”, e que para Saffioti o espaço de poder da mulher se deu sempre em escala micro e pouquíssimo no macro.

Ainda sob o mesmo ponto de vista, se observa o comportamento dos gêneros sendo reforçado ou reprovado conforme os valores, Leis e papéis sociais. Saffioti, faz uma análise equiparável: “No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio”.

A disparidade enorme que se enquadra nas questões jurídicas levantadas por Saffioti é quanto aos crimes socialmente aceitos. Observa-se a questão da prostituição no Brasil, sendo a prática e o favorecimento da prostituição reprimida como aponta na Lei 12.015, “Art. 228-B. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone”. No entanto o que se percebe são inúmeras casas que oferecem esse serviço, e pessoas que agenciam mulheres. Para além disso, a morte de uma mulher dita honesta não é o mesmo que a morte de prostituta no que tange aos procedimentos investigativos e indignação presente no imaginário social.

Assim, também o é a implementação da escravidão, não sendo oriunda de um processo accidental, mas um regime que sofreu alterações para beneficiar o macho dominante.

La invención cultural de la esclavitud se basó tanto en la elaboración de símbolos de la subordinación de las mujeres como en su conquista efectiva. Al subordinar a las mujeres de su propio grupo y más tarde a las cautivas, los hombres aprendieron el poder simbólico del control sexual sobre los otros hombres y elaboraron el lenguaje simbólico con el que expresar dominio y crear una clase de personas psicológicamente esclavizadas.

Outrossim na perspectiva da contextualização histórica, Lerner (1990) declara que os vencidos em guerra e/ou aqueles considerados criminosos tornavam-se escravos nas sociedades antigas. Em outros períodos factuais, alguns tornavam-se escravos por

dívidas. Uma nova indicação referente aos processos humanos no tempo, é delineado pela autora, sendo o fato de que os primeiros escravos foram as mulheres, essa cativa na condição de objeto garantia benefícios aos homens. Sendo argumentado na seguinte passagem:

Em primeiro lugar, o grande interesse dos reinos negros quando da vitória sobre um povo rival, e a subsequente captura dos vencidos, voltava-se para mulheres e crianças. A captura de um grande número de mulheres e sua distribuição entre os guerreiros vencedores era uma forma de premiação pela ação militar e garantia uma grande mobilização em favor da guerra e no ímpeto da luta

Ao passo que se institucionalizava a escravidão abria-se um triplo viés, primeiro na forma inicial de acúmulo de capital, segundo na condição de símbolo de dominação masculina, que envolvia desde trabalhos domésticos até serviços sexuais e por último as mulheres forneciam tanto sua mão de obra como os próprios filhos, gerando riqueza ao seu conquistador. “La sexualidad y el potencial reproductivo de las mujeres se convirtieron en una mercancía de intercambio o parar se adquirida, al servicios de las familias, por tanto, se concebían a las mujeres como un grupo una autonomía menor que los hombres” Lerner.

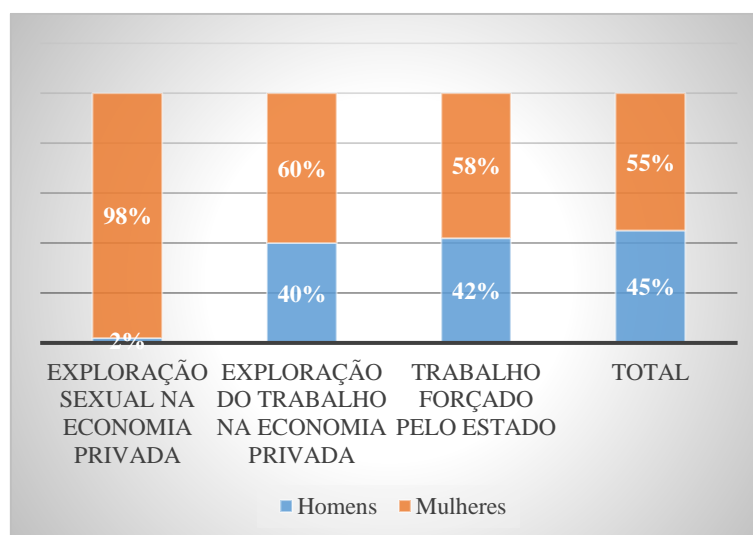
Sem pormenorizar, é possível dizer, seguramente, que a escravidão não é apenas de um sistema econômico ou ideológico que se limita a ele mesmo, é mais uma ferramenta da trindade (figura 07) que Saffioti defende.

Os indivíduos que não fazem parte do topo da pirâmide (figura 08) se veem obrigados a abrir mão do seu corpo, sexualidade, trabalho e tudo o que compõe sua estética tangível ou não. Afirmar-se que seus direitos não são os mesmo que os dos homens, adicionalmente, existe uma falsa sensação de ascensão das mulheres, o que Susan Faludi , jornalista norte americano bem definiu como pessoas-álibi, aquelas que são usadas como negação peremptória de práticas sociais preponderantes.

A fim de gerar uma correlação dos fatos já mencionado, e justificar a realidade moderna, o levantamento realizado pela Organização Internacional do Trabalho- (OIT) estima que 20,9 milhões de pessoas são vítimas do trabalho forçado, a investigação constatou que o grupo vítima mais frequente nesse contexto de vulnerabilidade se constitui de mulheres e meninas. Infelizmente ainda hoje, a escravidão está presente em nossa sociedade e lamentavelmente as mulheres ainda são a base desse sistema. “Women

and girls represent the greater share of total forced labour – 11.4 million victims (55%), as compared to 9.5 million (45%) men and boys”.

Gráfico 02 - Estimativa global por gênero das vítimas de trabalho forçado



Fonte: (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2012)

Ao abordar o assunto Gerda Lerner (1986) converge com opiniões de outros autores a respeito da escravidão, e o início da opressão na história humana. Quando se trata da servidão compulsória é elementar apontar para a violência física e psicológica, Saffioti (2001, p.115) escreve que, “[...] o conceito mais abrangente, mencionando-se as categorias sociais, alvo das agressões – física, sexuais, emocionais – dos machos ou de quem lhes faz as vezes”. (p.115). No processo histórico as mulheres escravizadas sofriam duplamente como Lerner demonstra “[...] los hombres eran explotados principalmente como trabajadores; las mujeres fueron siempre explotadas como trabajadoras, como presta doras servicios sexuales y como reproductoras”.

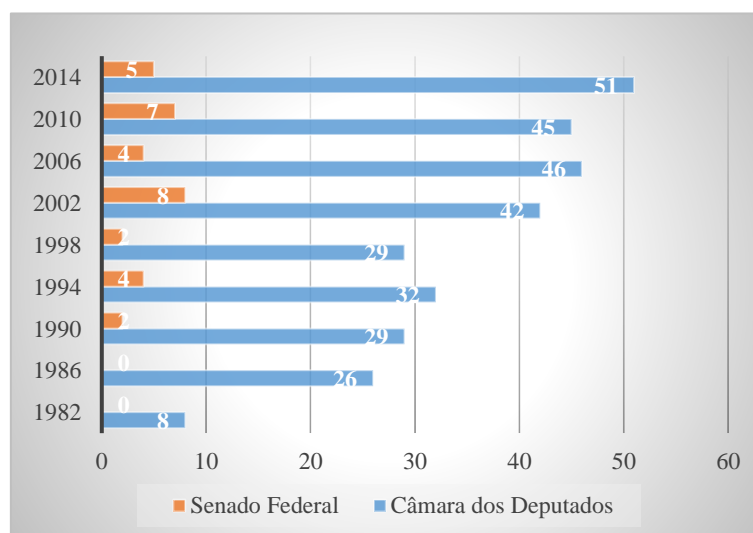
Tampouco a violência não ficou restrita aos períodos pretéritos, como é alarmante os casos de violência em todo o mundo, porém a discussão sobre a agressão não é recente. Em pesquisa realizada nos meios de comunicações de todo o mundo percebe-se a crueldade a qual a mulher é frequentemente exposta, exemplo disto se dá em notícias veiculada no dia 26 de abril de 2016 no jornal The New Work Times, versando sobre estudantes universitárias que sofreram abuso sexual no campus onde residiam. Uma

acadêmica denunciou o episódio de violência física, a qual dramaticamente a ação tomada pela instituição foi a de punir a aluna, pois segundo a universidade, a vítima quebrou o código de honra da academia.

O domínio e a demonstração de poder, andarilha em todos os espaços, dessa forma é capaz de afirmar que as minorias são violadas a todo momento, para que o dominador continue legislando favoravelmente em seu litígio. De forma comprobatória, evoca-se incidente ocorrido na Câmara de Deputados Federais do Brasil ocorreu no dia 27 de abril de 2016, deputado conhecido como o Flavinho do PSB-SP (Partido Socialista Brasileiro – São Paulo) discursou no plenário contra a criação de comissão permanente pela defesa dos direitos das mulheres, alegando que já existem diversas esferas legais cuidando deste assunto e adicionalmente, criminalizou o movimento feminista justificando que a mulher não precisa ser empoderada.

É inegável o domínio masculino, a qual não possibilita a representatividade para as minorias. Em contraponto realidade demográfica apresentada pelo senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE demonstra que as mulheres são a maior parte da população brasileira com um percentual de 51,3% da população. A mesma pesquisa do IBGE (2011) aponta que as mulheres estudam mais que os homens e os bancos acadêmicos são ocupados em sua maior parte pelas mulheres. Contudo observa-se no gráfico abaixo que a maior parte da população carece da representatividade, e as poucas mulheres que encontram-se na vida política, precisam nadar contra a correnteza, como o caso relatado anteriormente.

Gráfico 03 - Quadro evolutivo de mulheres eleitas Câmara dos Deputados e Senado Federal.



Fonte: (PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER NO SENADO FEDERAL *et al.*, 2009)

A vivência da prática política é pressuposto básico para que os subalternizados possam ser representados ganhando cada vez mais espaço como cidadão, impedindo a continuação da negação de direitos.

A importância destes grupos na perspectiva da reconfiguração feminina e de outros grupos se passar nas conquistas coletivas e a inserção no mundo público antes restrito aos mesmos, o MIQCB por meio de muitas ações tem conquistado ganhos significativos, Andrade apresenta os benefícios adquiridos por este grupo “As quebradeiras de coco babaçu, no Médio Mearim, têm construído, assim, nas últimas duas décadas, fortes instrumentos de intervenção política nas estruturas de poder local e nacional.”

Já para Bolonhês *et al* a força do grupo se faz por meio de muitos alicerces, pois a autora destaca: empreendedorismo feminino, alta conscientização da necessidade da educação, transmissão a respeito dos direitos das mulheres, promoção de grupos de discussão não só em questões técnicas, mas também discussão de gênero se dão por intermédio das mulheres que tiveram acesso ao ensino superior. Na medida em que tal escolarização foi financiada pelo próprio movimento, configura-se um retorno do capital social investido, Segundo Buordieu na medida em que grupos instituídos o delegam a seus membros em diferentes e desiguais graus que quando individualizado em um agente singular que o concentra, este poder oriundo do grupo, é exercido sobre o grupo que lhe

permite concentrar por delegação e instituto da representação por ser portador do investimento feito (NOGUEIRA e CATANI org. 1998).

Não obstante Lerner faz um alerta quanto à falsa inclusão feminina nas instituições, acenando para o fato de que não se pode apenas “jogar” a mulher dentro de um sistema desenhado, sem levar em conta as especificidades desta estrutura. O acesso se faz de forma muita mais complexa, devendo incorporá-las sem nenhum tipo de restrição, devolvendo a elas o direito aos seus corpos, sexualidade, educação, matrimônio e tantos outros símbolos que foram utilizados para submetê-las.

Algunos antropólogos e historiadores han llamado “libertad” femenina a esta relativa mejora. Dicha denominación es ilusoria e injustificada. Las reformas y los cambios legales, aunque mejoren la condición de las mujeres y sean parte fundamental de su proceso de emancipación, no van a cambiar de raíz el patriarcado. Hay que integrar estas reformas dentro de una vasta revolución cultural a fin de transformar el patriarcado y abolirlo.

Para a cientista é necessário e urgente a reestruturação do pensamento e análises da sociedade comandada apenas por homens, necessário se perceber que a sociedade é formada por homens e mulheres em condições de igualdade de direitos.

Um prenúncio para o tema chave desta dissertação, Lerner já faz um esboço de grande valia quando ela observa que “[...] la existencia de grupos femeninos, asociaciones as redes económicas sirve para incrementar la capacidad de las mujeres para contrarrestar los dictámenes de su sistema patriarcal concreto”.

Ou ainda Curado “[...] os processos de empoderamento reconhecem que as causas da subordinação das mulheres se dão não apenas em função da opressão masculina, mas também por causa da opressão colonial e neocolonial.” Em ambas as ideias revelam o ponto de equilíbrio defendido, a refiguração feminina a partir de ideias decolônias na perspectiva de grupos femininos de trabalho e empoderamento.

No passo de muitas conquistas, ainda existe um grande caminho a ser percorrido por toda a humanidade, a qual vive a sobra do modelo altamente agressivo e destrutivo, não só ambientalmente, mas também econômica e socialmente, olhado nesta perspectiva Bolonhês *et al* (2013) reproduz que o MIQCB apresenta as mulheres para quem a

exclusão feminina não dada como natural e observado o caso empregado nesta investigação resulta que:

Em relação à discussão de gênero, esta está baseada na desvalorização da mulher no meio rural, que tem como função cuidar das tarefas do lar: limpar a casa, cuidar dos filhos, lavar a roupa e a louça, fazer comida. Ou seja, a mulher não pode proporcionar renda para a família, pois esta é tarefa dos homens, “chefes de família”. Ainda, em muitos casos, as mulheres não podiam nem sair de casa, comprar sua própria roupa, ir ao supermercado, ter um momento de lazer; tudo que envolvia a utilização de dinheiro não fazia parte do universo feminino (BOLONHÊS *et al.* 2013, p. 8).

Em meio a todos os flagelos sofridos a associação possui em algumas ações o decolonialismo, por estar conseguindo se desvencilhar das amarras que impediam as mulheres de exercer o direito sobre suas próprias vidas:

[...]Rosa, uma das líderes do Maranhão, afirma que o preconceito ainda não acabou, mas que o movimento proporcionou a estas mulheres aprender a lidar com ele, tanto que hoje as mulheres que trabalham quebrando coco conquistaram a autonomia de ir e vir e lidam com atividades que envolvam o dinheiro (BOLONHÊS *et al.* 2013, p. 8).

Ademais Mota (2011) ressalta que o MIQCB é um movimento social contemporâneo, na medida em que é altamente eficiente em suas ações e estratégias, também por ser uma organização pouco hierarquizada, rompendo, justamente, com uma formatação masculina de instituições, assim como foi descrito anteriormente neste trabalho sobre as características o patriarcalismo: sistema violento, segregador e profundamente hierarquizado.

Ainda o mesmo autor nos oferece em sua reflexão a sinalização a respeito das características do grupo, que tem como objetivo principal não a conquista, dominação ou expansão permanente, mas somente a refiguração das relações entre sujeitos e a economia, sociedade e Estado.

Para tanto, eles agem na arena da sociedade civil, pois é aí que podem se criar essas novas identidades, e através delas tentar transformar relações sociais de subordinação. Assim, as organizações formais constituídas por estes movimentos (como o MIQCB) não são somente meios para atingir um fim, mas também um fim em si mesmas na medida em que permitem a criação e o fortalecimento – e são, de certa forma, portadoras – destas novas identidades (MOTA. 2011, p.7).

Ao demonstrar o rearranjo que as mulheres quebradeiras de coco do babaçu implantaram é que se pode ver o processo de construção da equidade, não como um mero espectador que distante observa forçadamente a mudança de seu destino traçado por homens e suas instituições, mas como sujeitos de sua própria história.

Examinando as características de conquista e planejamento, vislumbra-se que os planos técnicos articulados dentro do MIQCB são importantes não apenas para a manutenção do futuro das próprias quebradeiras de coco, mas também para o ambiente e sociedade. Uma das conquistas mais importantes, já relatado neste trabalho, foi a Lei do Babaçu Livre, que se tornou incentivo para toda associação, impulsionando o cooperativismo e engendrando resultados, porém a luta é árdua e constante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho defendeu-se a necessidade da libertação de um modelo de desenvolvimento agressivo e predatório que hoje está presente em todas as instituições públicas, financeiras, religiosas e particulares. Mas não em abstrato. Pelo contrário, a partir das lutas e conquistas de uma articulação social específica, a das mulheres do MIQCB.

Toda a análise feita até o momento não esgota a necessidade do debate amplo em que as minorias sejam o centro das discussões mais acaloradas já que em todo o processo histórico a partir das primeiras relações humanas o processo colonizador se viu no direito de subjugar as mulheres e posteriormente outros grupos que não faziam parte do seu modo de pensar.

Observações mais atentas como as dos teóricos citados neste trabalho e a própria teoria decolonial apresentam modelos extremamente nocivos ao ser humano e ao seu ambiente como sendo filhos do patriarcalismo e que os movimentos sociais como o MIQCB são a chave para um novo olhar do que realmente é a equidade, justiça e a diversidade como uma nova base para uma nova sociedade.

A facilidade em perceber que muitas agremiações se mobilizam devido a exclusão social e econômica no modelo patriarcal vigente, as cooperações que surgem de forma endógena são necessárias e as quais a sociedade e as políticas públicas precisam focar, dessa forma os próprios grupos criam as soluções que são necessárias para si. Os autores decoloniais apresentam que o paternalismo e suas formas de controle não possui um dinamismo solidário, mas sim autoritário, e desta forma compreende-se o motivo das mulheres se destacarem no quesito associação e ações inclusivas. Além de ser um novo aspecto nos quais nem o capitalismo ou socialismo já praticados não conseguiram responder as demandas sociais de forma ideal abarcando as necessidades humanas.

O fazer sustentável é uma ação constante que em dado momento inclui novos campos, pois a cada novo período precisa-se (re)figurar-se todo nosso entendimento do que é desenvolvimento sustentável. Deste modo percebe-se a necessidade de novas pesquisas dentro deste espectro para que a compreensão das dinâmicas socioeconômicas em que vivemos sejam abordadas, defendendo sua renovação constante de forma salutar a qualquer grupo.

6 REFERÊNCIAS

- ÁVILA, V. F. DE. **Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral: Edições UVA, 2005. v. 1
- BABAÇU, M. I. Q. DE C. **Fundo Babaçu**. Disponível em: <<http://www.miqcb.org/#!fundobabacu/c8hd>>.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, 2013.
- BARBOSA, V. **A última gota**. São Paulo: Editora Planeta, 2014.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001. v. 1
- BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, p. 39–53, 1999.
- BOISIER, S. Desarrollo territorial y descentralización. El desarrollo en el lugar y en las manos de la gente. v. XXX, p. 27–40, 2004.
- BOLONHÊS, K. D. R. DE A. P. S. DE O. A. C. Relatório de pesquisa projeto conexão local Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco. p. 23, 2013.
- BOURLEGAT, C. A. LE. DO TERRITÓRIO PRODUZIDO E VIVIDO\RAO DINAMISMO TERRITORIAL\r\n. 2008.
- BRASIL. **Dos crimes contra a dignidade sexual**, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm>
- BÚRIGO, F. F. C. R. M. R. L. G. DA S. A. K. F. A. C. **Dossiê ABRASCO um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, 2015.
- CABO, A.; TARRAGONA, L.; VALLÉS, O. Proyecto Online contra la Xenofobia y la Intolerancia. v. I, 2015.
- CAVALCANTI, C. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. **Ambiente & sociedade**, v. 5, n. 2, p. 73–84, 2003.
- CURADO, J. **Gênero e os sentidos do trabalho social**. Campo Grande: UCDB, 2008.
- DAGNINO, R. **A Tecnologia Social e os seus desafios**. Campinas: Komedi, 2010.
- DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Getulio Vargas, 2006.
- DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1985.
- DURHAM, E. R.; ZIMMER, L. R. PARECER HOMOLOGADO Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 27/1/2000. n. 1, p. 1–8, 2000.
- DURSTON, J. Construyendo capital social comunitario. 1999.
- DUSEEL, E. **Europa , modernidade e eurocentrismo**. Buenos Aires: Clasco, 2005.
- FALUDI, S. **Backlash: The Undeclared War Against American Women**. New York: Crown Publishing Group, 1991.
- FILHO, C. M. A. E CONHECIMENTO NOS ENSAIOS. **Kriterion**, p. 559–578, 2012.

- FONSECA, I. F. DA; BURSZTYN, M. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 17–46, 2009.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.
- GALERANI, P. Perdas repetidas O desequilíbrio causado pela. p. 42–45, 2005.
- HEALY, J. **At Brigham Young, a Cost in Reporting a Rape**. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2016/04/27/us/rape-victims-brigham-young-university-honor-code-suspensions.html?_r=1>.
- IBAMA. Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. **Lauda Técnico Preliminar**, v. 1, p. 2–35, 2015.
- IBGE. Censo Demográfico 2010 - Características da População e dos Domicílios - Resultados do Universo. p. 270, 2011.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **ILO Global Estimate of Forced Labour**. Genebra: Internacional Labour Organization, 2012.
- JARA, C. J. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local. Desafios de um processo em Construção**. Recife: Seplan, Secretária do Planejamento do Estado de Pernambuco -, 1998.
- JOHNSON, A. G. **Patriarchy, the System**, 2005.
- JOVER, D. Dimensión político-cultural de la economía solidaria. p. 109–120, 2010.
- KLIKSBERG, B. **Capital social y cultura Claves olvidadas del desarrollo**. Buenos Aires: Intal, 2000.
- LAMIM-GUEDES, V. Consciência negra , justiça ambiental e sustentabilidade. p. 223–238, 2012.
- LANDER, E. Crisis civilizatoria, límites del planeta, desigualdad, asaltos a la democracia, estado de guerra permanente y pueblos en resistencia. p. 1–33, 2012.
- LERNER, G. **La creación del patriarcado**. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.
- MARCHINI, D. N. O trabalho compulsório no Brasil colônia. v. III, 2013.
- MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. [s.l: s.n.].
- MELO, V. D. S. DE. O Mito do Crescimento Econômico Infinito e os Seus Descontentes : as contribuições teóricas e descoloniais do Sul. 2012.
- MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica : p. 287–324, 2008.
- MILANEZ BRUNO, SANTOS RODIGO S. PEREIRA, WANDERLEY LUIZ JARDIM DE MORAES, MANSUR MAÍRA SERTÃ, PINTO RAQUEL GIFFONI, GONÇALVES RICARDO JUNIOR DE ASSIS, C. P. T. Antes fosse mais leve a carga : avaliação dos aspectos econômicos , políticos e sociais do desastre da Samarco Vale BHP em Mariana-MG Relatório Final. **Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade**, p. 103, 2015.
- MONTIBELLER-FILHO, G.; MONTIBELLER-FILHO, G. CRESCIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE Economic Growth and Sustainability. v. 19, n. 1, p. 81–89, 2007.

- MORAES, M. D. C.; MENDES, L. M. S. **O canto das Quebradeiras de Coco Babaçu: entre a poética e a política**. VII Encontro da Rede de Estudos Rurais. **Anais...Natal: 2016**Disponível em: <<http://www.redesrurais.org.br/gt02-trabalhos-publicados/>>
- MOTA, I. V. N. M. P. D. M. DA. Movimento social contemporâneo e processo de territorialização por comunidades tradicionais: a construção da identidade política do movimento das quebradeiras de coco babaçu. v. 17, n. 2011, p. 1–20, 2011.
- OLIVEIRA, D. L. Economia e sustentabilidade. 2010.
- PERISSINOTTO, R. M. O 18 Brumário E a Análise De Classe Contemporânea. **Lua Nova**, n. 71, p. 81–121, 2007.
- POLI, I. DA S. **A importância do Estudo das Mitologias e Gêneros Literários da Oralidade Africana e Afro-Brasileira no Contexto Educacional Brasileiro: A relevância da Lei 10639/03**São Paulo, 2014.
- PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER NO SENADO FEDERAL et al. Mais Mulheres na Política. p. 72, 2009.
- RIBEIRO, D. **O processo civilizatório**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- RIBEIRO, W. C. Aquífero Guarani : gestão compartilhada e soberania. v. 22, p. 227–238, 2008.
- SACHS, J. **A riqueza de todos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.
- SAFFIOTI, H. Uma questão de gênero. In: São Paulo: Editora Rosa dos tempos, 1992. p. 336.
- SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.
- SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115–136, 2001.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SANTOS, B. D. S. Para além do Pensamento Abissal. **SciELO Brasil**, p. 71–94, 2007.
- SANTOS, E. I. DOS. A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. p. 1–10, 2015.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. p. 1–35, 1989.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, D. NACIONAL. **Sonoros ofícios cantos de trabalho**. Rio de Janeiro: Sesc Departamento Nacional, 2015.
- SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**, 2003.
- THOMPSON, E. P. **A Miseria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zaha Editores S.A, 1981.
- TULLIUS, M.; FERNANDES, L. A economia perversa: o impacto dos mercados sobre o meio ambiente. p. 106–125, 2006.
- WOOD, E. M. Capitalismo e Democracia. **A Teoria Marxista Hoje. Problemas e perspectivas**, 2007.